

CADERNO DE TESES

28

**CONGRESSO DOS
FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL**

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



***Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos***

Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000

Fone: (11) 3107-2767

Presidente

Roberto Antonio von der Osten (Itaú Unibanco/PR)

Vice-presidenta

Juvandia Moreira Leite (Bradesco-SP)

Secretaria-geral

Carlos de Souza (Banco do Brasil/RJ)

Secretaria de Finanças

Sérgio Hiroshi Takemoto (Caixa/SP)

Secretaria de Imprensa

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Secretaria de Relações Internacionais

Mario Luiz Raia (Santander/SP)

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtalo Bruno Dantas de Oliveira (Bradesco/SP)

Secretaria de Formação

Ernesto Shuji Izumi (Banco do Brasil/SP)

Secretaria de Organização do Ramo Financeiro

Carlindo Dias de Oliveira, Abelha (Bradesco/MG)

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Mauri Sergio Martins de Souza (Itaú/SP)

Secretaria de Assuntos Socioeconômicos

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim (Banco do Brasil/PA)

Secretaria de Políticas Sindicais

Gustavo Machado Tabatinga Junior (Banco do Brasil/CE)

Secretaria da Mulher

Elaine Cutis Gonçalves (Bradesco/SP)

Secretaria de Relações do Trabalho

Mauro Salles Machado (Santander/RS)

Secretaria de Políticas Sociais

Fabiano Paulo da Silva Junior (Bradesco/RJ)

Secretaria da Juventude

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa/DF)

Secretaria de Combate ao Racismo

Almir Costa de Aguiar (Bradesco/RJ)

Secretário de Imprensa: Gerson Carlos Pereira

Revisão: Rodrigo Zevzikovas.

Capa: Alexandre Rolim

Diagramação: Guilherme Hilário



www.contrafcut.org.br

contrafcut@contrafcut.org.br

Sumário

4. Programação
5. Regimento Interno do 28º Congresso Nacional dos Funcionários do BB

Teses

9. Tese Articulação Sindical
22. Tese Bancários em Luta
37. Tese da CSD
CUT Socialista e Democrática
50. Tese do Movimento Nacional de Oposição Bancária
60. Tese Enfrente BB – CNFBB 2017.
68. Fórum Bancário - Nenhum direito a menos!

Programação

28^o

CONGRESSO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Hotel Holiday Inn Parque Anhembi - São Paulo, 30 de junho, 1 e 2 de Julho

Sexta-feira 30 de junho

15h às 21h - Credenciamento

20h – Ato em Defesa dos Bancos Públicos do 33º CONECEP e do 28º CNFBB

20h - Jantar

Sábado 01 de julho

08h às 18h – Credenciamento - 18h às 20h – Credenciamento de suplentes

9h às 10h – Abertura

10h às 12h - Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos

12h às 13h – Almoço

13h às 13h30 - Votação do Regimento Interno

13h30 às 14h30 – Apresentação das Teses

14h30 às 18h – Trabalho em grupos:

G1 - Desmonte do BB: Análise do balanço, fechamento de agências, aumento de tarifas

G2 - Digitalização: O Banco do futuro e a precarização do emprego

G3 - Emprego, Carreira e Igualdade de oportunidades

G4 - Terceirização, Pejotização e Impactos no BB

18h às 19h – Jantar

19h às 21h – Reunião de Correntes Políticas

21h - Confraternização

Sábado 01 de julho

10h às 13h - Deliberações finais no plenário geral

13h às 15h - Almoço

Observações:

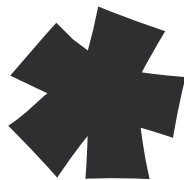
1) Caso algum delegado necessite chegar no dia 29/06 a hospedagem estará disponível a partir das 15h. Favor informar no e-mail: contrafcut@contrafcut.org.br

2) Não haverá jantar no hotel no dia 29/06 e também não haverá almoço no dia 30/06.

3) Orientamos as federações que marquem o retorno de suas delegações para o final da tarde de domingo, pois pode ocorrer atraso nos debates em virtude da programação ter sido alterada por causa da greve geral do dia 30/06.

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos

**Regimento Interno do 28º Congresso
Nacional dos Funcionários do BB**

Art. 1º. O 28º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, aqui denominado “28º CNFBB” realizar-se-á em São Paulo, nos dias 01 e 02 de julho de 2017, no Hotel Holiday Inn Parque Anhembi, à Rua Prof. Milton Rodrigues, 100 - São Paulo.

Art. 2º. O 28º CNFBB tem por objetivo discutir e deliberar sobre os temas nos seguintes grupos:

G1 - Desmonte do BB: Análise do balanço, fechamento de agências, aumento de tarifas; G2 - Digitalização: O Banco do futuro e a precarização do emprego; G3 - Emprego, Carreira e Igualdade de oportunidades e G4 - Terceirização, “Pejotização” e Impactos no BB.

Art. 3º. Serão participantes ao 28º CNFBB:

I. Os/As delegado/as, com direito a voz e voto;

II. Os/As convidado/as, com direito a voz;

III. Os/As observadores/as, com direito a voz.

Art. 4º. Os/As delegado/as ao 28º CNFBB serão aqueles/as eleitos/as e inscritos/as pelas federações, após processos democráticos de eleição, no total de até 355 (trezentos e cinquenta e cinco), conforme distribuição deliberada pela CONTRAF-CUT.

Parágrafo primeiro - As representações efetivas da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, aqui denominada “CEBB”, indicados/as pelas respectivas Federações e pela CONTRAF-CUT, serão delegados/as natos/as ao 28º CNFBB.

Parágrafo segundo - Serão admitidos/as Observadores/as até o limite de 5% do total de cada delegação.

Distribuição dos delegados ao 28º CNFBB:

Federação	Delegados	Observadores
Feeb BA/SE	20	1
Feeb RJ/ES	33	2
Fetrafi RS	18	1
Feeb SP/MS	35	2
Fetec CN	68	3
Fetrafi NE	36	2
Fetec PR	22	1
Fetec SC	10	2
Fetec SP	64	3
Fetrafi MG	20	1
Subtotal	326	18
CEBB	11	
TOTAL		355

Art. 5º. Participarão do 28º CNFBB, na qualidade de convidadoS/as, a critério da CONTRAF-CUT, os técnicos/as, assessore/as de delegações, parlamentares, autoridades e lideranças sindicais.

Art. 6º. Constitui instrumento para comprovar o credenciamento dos/as participantes, a comunicação escrita das respectivas Federações e o pagamento de taxa definida pela CONTRAF-CUT.

Parágrafo primeiro - Os/as suplentes serão inscritos/as mediante carta de substituição do/a delegado/a efetivo/a ou mediante autorização, por escrito, do/a chefe da delegação.

Art. 7º. Os trabalhos preparatórios do 28º CNFBB e a sua condução ficarão a cargo da CEBB, órgão que assessora a CONTRAF/CUT.

Art. 8º. O Congresso funcionará sob dois regimes:

I. Grupos de Trabalho;

II. Sessões Plenárias.

Art. 9º. As federações distribuirão proporcionalmente os/as participantes (delegados/as efetivos/as e observadores/

as) ao 28º CNFBB pelos 04 grupos de trabalho quando do ato de sua inscrição eletrônica.

Parágrafo único - A fim de garantir a distribuição proporcional, a CEBB se reserva o direito de, caso necessário, redistribuir os/as participantes.

Art. 10º. Cada grupo terá 01 (um/a) coordenador/a e 01 (um/a) relator/a.

Art. 11. Cada grupo discutirá um dos temas do 28º CNFBB, conforme definição prévia da CEBB, a saber:

G1 - Desmonte do BB: Análise do balanço, fechamento de agências, aumento de tarifas;
G2 - Digitalização: O Banco do futuro e a precarização do emprego; G3 - Emprego, Carreira e Igualdade de oportunidades e G4 - Terceirização, Pejotização e Impactos no BB.

Art. 12. As decisões do 28º CNFBB serão tomadas por maioria dos/as votantes presentes na sessão e na ocasião em que ocorrer a votação.

Parágrafo Primeiro - Somente poderão constar nos relatórios, a serem apresentados à plenária de encerramento, as propostas que obtiverem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos nas discussões dos grupos.

Parágrafo Segundo - Os grupos votarão propostas de resoluções completas sobre cada tema em debate, sendo aceitas as propostas que alterem parágrafos, tópicos ou o texto completo que esteja em debate.

Art. 13. Ao final dos trabalhos dos grupos, o/as relatores/as e coordenações se reunirão e elaborarão um relatório sistematizado, que será apresentado à Plenária de encerramento.

Art. 14. As sessões plenárias serão constituídas por todos/as os/as participantes do evento, devidamente credenciados.

Art. 15. As sessões plenárias, de caráter público, serão conduzidas pela CEBB e ou por sua indicação e denominar-se-ão:

I. De abertura;

II. Ordinária;

III. Encerramento.

Art. 16. As mesas das sessões plenárias de que trata o Art. 14º deste regimento terão a seguinte composição:

I. Um/a presidente/a;

II. Um/a secretário/a;

III. Um/a relator/a.

Parágrafo Primeiro- Ao presidente/a caberá a coordenação dos trabalhos nas sessões plenárias.

Parágrafo Segundo- Ao secretário/a competirá receber os documentos encaminhados à mesa e anotar as inscrições do/as oradores/as.

Parágrafo terceiro - Ao relator/a competirá redigir as atas das sessões.

Art. 17. Após a apresentação de cada relatório na sessão plenária de encerramento, a mesa submeterá as propostas consensuais à votação “em bloco” e, em seguida, abrirá o debate para as propostas divergentes, com uma defesa para cada proposta.

Art. 18. Respeitando-se os relatórios dos grupos em relação à proposta majoritária e minoritária, cada orador/a inscrito/a terá 3 (três) minutos para fazer o seu pronunciamento, iniciando-se pela proposta minoritária.

Art. 19. Havendo necessidade, a mesa da sessão, após consulta ao plenário, poderá abrir novas inscrições para manifestações, sendo, no máximo, mais duas para cada

proposta.

Art. 20. As votações serão realizadas por aclamação, mediante exibição pelos/as delegados/as, a mão levantada, do cartão de votação.

Parágrafo Primeiro - Na apuração de cada votação será utilizado, a princípio, o critério

Do contraste.

Parágrafo Segundo - Em caso de dúvida quanto ao resultado, proceder-se-á a contagem dos votos dos delegados/as.

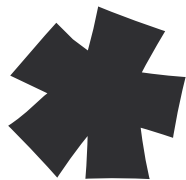
Parágrafo Terceiro - As declarações de voto serão limitadas a 3 (três) declarações por votação, respeitando a ordem de chegada do crachá à coordenação da mesa, tendo cada um dos três declarantes 1 (um) minuto para fazer seu pronunciamento.

8

Art. 21. Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos pela CEBB até a instalação do Congresso, e pelo Plenário, durante a sua realização.

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos

TESE ARTICULAÇÃO SINDICAL

1. CONJUNTURA

1.1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1.2. CONJUNTURA NACIONAL E OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE

2. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

3. REFORMA TRABALHISTA

4. TERCEIRIZAÇÃO

5. REESTRUTURAÇÃO, DESMONTE DO BB E REDUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

6. BANCO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS

7. MESAS PERMANENTES

8. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

9. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DO BB

10

1. CONJUNTURA

1.1 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

O cenário econômico mundial ao longo do ano de 2016 e até meados de 2017 vive de notícias ruins e perspectivas alarmantes quanto a recuperação econômica. As políticas de austeridade implementadas em diversos países da Europa, num momento que a economia global necessitava de estímulos, agravou a situação econômica dos países da Zona do Euro, estagnando o crescimento econômico mundial e acelerando a concentração de renda.

A estagnação econômica se converteu em uma grave crise política e social, tendo como característica o aparecimento da xenofobia e protecionismo comercial. A rejeição europeia à migração de refugiados do Oriente Médio e da África, a ascensão de partidos de extrema direita na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), a eleição de Donald

Trump como presidente dos Estados Unidos e o crescimento do conservadorismo e da intolerância em nível mundial são frutos de uma tendência caracterizada nessa crise. Um novo teste importante para observação de uma tendência no cenário europeu foram as eleições francesas, onde a resposta da população frente aos movimentos de extrema direita mostrou algum avanço, refletida na vitória Emmanuel Macron.

A ascensão política da extrema direita na Europa e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos decorrem da percepção de perdas que os trabalhadores formais e nacional vem sofrendo e que atribuem aos tratados e acordo assinados pelos liberais, social democratas, democratas cristãos e partidos semelhantes que somente estariam beneficiando empresas e imigrantes. Neste caso, fortalecendo a concentração de renda e poder também do setor financeiro.

A percepção clara é que os diferentes acordos de comércio e integração, ao invés de reduzirem as assimetrias e proporcionar oportunidades de desenvolvimento econômico e social e de ampliação de direitos, adotaram um modelo neoliberal que proporciona economia de escola para as empresas multinacionais e imposição dos interesses dos países mais fortes sobre os países mais fracos. O que se percebe é que esse processo eliminou empregos e direitos e vários países.

Segundo dados da OIT, haverá um total de mais de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados no mundo neste ano e a projeção é de elevação de mais 3,4 milhões em 2017, dos quais um terço desse aumento será brasileiro, isto é, de cada três postos de trabalhos eliminados no planeta, um será no Brasil.

A crise econômica internacional também afetou a América Latina e países do Caribe, com a retração dos mercados dos países desenvolvidos e queda dos preços das commodities na esfera internacional e a

guinada nacionalista do governo do Estados Unidos deve contribuir para esfriar ainda mais o comércio internacional, devido ao peso da economia dos EUA no mundo. Tudo isto acontece no momento em que o governo brasileiro enfraqueceu as relações com o Mercosul, bloco que para onde o Brasil ainda exportava produtos industrializados, e reduziu o interesse com os BRICS cujas relações são extremamente estratégicas nos aspectos político, econômico e comercial.

1.2. CONJUNTURA NACIONAL E OS DESDOBRAMENTOS DO GOLPE

O Golpe de Estado iniciado em 17 de abril de 2016, pela Câmara Federal, e consumado pelo Senado em 31 de agosto de 2016, teve como objetivo efetivar o programa antipopular e antinacional derrotado nas urnas visando ampliar os padrões de lucratividade do capital.

A direita nas ruas, com apoio político e financeiro da oposição, da mídia empresarial, de setores do empresariado e de ONGs internacionais ao lado dos pannels, sob o manto da luta anticorrupção sustentaram o impedimento da presidenta Dilma. As sucessivas ações espetaculares da Operação Lava Jato e a tentativa de sequestro do Presidente Lula no aeroporto de Congonhas configuraram o cenário do golpe.

O golpe parlamentar foi concretizado e foi dado para atacar os direitos de nosso povo, especialmente dos mais pobres, reduzindo a renda dos trabalhadores, promovendo o desemprego pois a miséria, a exclusão social e a pobreza são funcionalmente necessárias aos padrões de acumulação pretendidos pelo novo grupo que usurpou o poder. Essa é a dimensão mais profunda do golpe.

Trata-se de outro projeto de País envolvendo uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, a democracia, a cultura, os valores, os modos

de vida.

Enquanto isso, o país atravessa uma das piores recessões da história, no contexto de uma das mais graves crises vivenciadas pelo sistema capitalista. O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 0,9%, no 4º trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior. Para todo o ano de 2016, a queda do PIB foi de 3,6%.

O programa econômico implantado pelo governo federal no Brasil, segue uma prescrição neoliberal clássica, cujo propósito é compensar os efeitos da crise mundial sobre as margens de lucro das grandes empresas com redução de direitos da classe trabalhadora e da população. As bases de inspiração são os princípios defendidos no documento Uma Ponte para o Futuro.

Com golpe consolidado, o resultado é uma ofensiva planejada contra os direitos sociais, previdência pública, garantias trabalhistas da CLT e ataque à soberania nacional. Neste cenário, revela-se o caráter antidemocrático das elites brasileiras e sua histórica e profunda indisposição de admitir direitos. Vimos, então um apoio das elites ao programa neoliberal ainda mais regressivo em relação aos direitos sociais, políticos e civis.

2. REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 287/2016)

A proposta de Reforma da Previdência do governo golpista representa a tentativa de desmonte do sistema de seguridade social brasileiro, que vai inviabilizar a aposentadoria da maioria da população e deixará milhares de pessoas que dependem dos benefícios previdenciários, pensão, benefício de prestação continuada e assistência social à margem da proteção social.

Vale lembrar que a aprovação da “PEC da Maldade” (Emenda Constitucional 95/2016, antes PEC 55/2016), já representou um duro golpe nos direitos sociais, limitando

gastos públicos por 20 anos, que refletirão em menos recursos para saúde, educação e na aposentadoria. Com a PEC 287/2016 o governo agora pretende consolidar o ataque aos direitos sociais durante conquistados.

O governo tenta convencer a sociedade que o sistema é deficitário, mas considera em suas apresentações apenas parte das contribuições sociais realizadas e exclui intencionalmente outras fontes importantes de recursos, como o COFINS e o PIS-PASEP, além de não levar em conta a Desvinculação das Receitas da União, a sonegação fiscal, desonerações fiscais e dívida de mais de R\$ 1 trilhão devido pelas empresas, segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP).

Pela reforma proposta, homens somente se aposentarão aos 65 anos e mulheres aos 62 anos, e desde que tenham 25 anos de contribuição, uma combinação de fatores difícil de atingir no Brasil, dado o alto nível de informalidade, rotatividade e desemprego que vem aumentando desde 2015. Essa é apenas a ponta do iceberg, que inclui um sem número de outros ataques aos trabalhadores rurais, pensionistas e àqueles que dependem do benefício de prestação continuada. Vale dizer que as aposentadorias, pensões e benefícios, junto com a política de valorização do salário mínimo, alavancaram o consumo e desta forma toda a cadeia de produção e economia.

O objetivo claro do governo é garantir aos bancos mais lucros com planos de previdência que serão vendidos aos incautos clientes, que buscarão uma ilusão, um abrigo contra a perspectiva de fim da previdência social. Não é à toa que o Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano, encarregado por pela formulação da Reforma, exercia o cargo de Conselheiro de Administração da BrasilPrev e foi obrigado a abandonar o posto após denúncia.

Os bancários do BB que dependem do INSS e também de seus fundos de pensão já começam a se perguntar quais os impactos nos planos das entidades de previdência complementar mantidas pelos associados e banco, o que ainda é incerto.

Defendemos a negociação permanente de melhorias em todos os fundos de pensão patrocinados pelo BB a seus funcionários, melhorando as garantias estatutárias e benefícios para bancárias, bancários e suas famílias.

3. REFORMA TRABALHISTA (PLC 38/2017)

O PL 6787/2016 da câmara dos deputados, atual PLC 38/2017 no Senado, alterará, se aprovado, cerca de 200 dispositivos da CLT e derrubará súmulas do TST que continham interpretações favoráveis aos trabalhadores. É o maior ataque aos direitos trabalhistas das últimas décadas, que refletirá negativamente nas relações de trabalho de todas as categorias, exigindo mais do que nunca unidade na luta contra o golpe e pela derrubada das medidas que o governo Temer se comprometeu a entregar aos setores golpistas que apoiaram a derrubada de um governo eleito democraticamente.

A extensão de prejuízos aos trabalhadores é de tal monta que é impossível relacionar todas que afetam direta e indiretamente as relações de trabalho em tão poucas linhas, por isso sugerimos a leitura dos estudos realizados pelo DIEESE. No entanto, destacamos alguns dos que consideramos críticos, sem prejuízo dos demais, que também formam o cardápio de contrato de trabalho precário:

a) revoga o princípio segundo o qual o trabalhador é o elo frágil na relação de emprego e por isso precisa ser protegido; O projeto limita o conteúdo das súmulas do TST, como a que garante a incorporação da função após 10 anos de exercício, dificulta o acesso à justiça do trabalho com ameaças de ônus por litigância de má fé, impõe multa no caso de ausência do trabalhador, enquanto desonera

a empresa.

b) reduz a participação do Estado e do sindicato nas relações de trabalho e reforça a negociação individual direta entre empresa e trabalhadores;

c) reduz o poder de representação e contratação coletiva dos sindicatos;

Os dois itens anteriores estão relacionados, ao criar estrutura dita independente aos sindicatos para negociar e também prevê negociação individual para gerentes e trabalhadores com maiores salários, como se trabalhador e empresa estivessem em pé de igualdade para discutir sua relação de trabalho.

- A homologação de demissão em contratos com mais de um ano não será mais realizada na presença dos sindicatos, onde há conferência de direitos do trabalhador;

- Cria comissão de representantes nas empresas com mais de 200 funcionários, que uma vez eleitos tem poder de negociação. Conhecendo a prática dos bancos privados nas eleições de cipeiros, é certo que as empresas passarão a disputar essas eleições indicando nomes de trabalhadores sobre os quais detém influência. As atribuições do representante ou da comissão de representantes nos locais de trabalho concorrem claramente com as do sindicato. Além disso, uma vez que essa representação não terá as salvaguardas legais atualmente previstas para os sindicatos, é difícil acreditar que poderão, de maneira equilibrada, exercer funções de fiscalização das condições de trabalho e negociação dos conflitos inerentes à relação capital e trabalho;

- Permite a negociação individual para trabalhadores com ensino superior ou com salários cujo valor exceda em duas vezes o teto do RGPS, afasta o trabalhador da negociação coletiva, da possibilidade de recorrer à justiça do trabalho.

c) autoriza o rebaixamento de direitos

previstos em lei por meio da negociação (prevalência do negociado sobre o legislado);

d) amplia os contratos atípicos e precários e cria o trabalho intermitente;

- Cria o trabalho intermitente, também conhecido como “trabalho zero hora”, legitimando o “bico”, pagando apenas as horas de efetivo serviço;

- Amplia o limite de 25 horas semanais para 30 horas semanais em contratos em tempo parcial, tornando mais atrativa para as empresas a substituição de trabalhadores em tempo integral por tempo parcial;

- Se a Lei 13.429/2017 sobre contrato temporário e terceirização deixava dúvida sobre a “segurança jurídica” desejada pelas empresas, o projeto atual torna expressamente legal a terceirização em todas as atividades, inclusive na atividade principal;

- Libera a contratação dos trabalhadores autônomos, os “PJ”;

e) cria dificuldades para o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e limita seu poder;

- Impede que o trabalhador possa reivindicar na justiça do trabalho temas relacionados ao contrato de trabalho, considerando que os valores extras, pagos nos PDV seriam insuficientes para indenizar qualquer irregularidade ao longo da vida laboral na empresa;

- Cria o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas;

- Extingue a súmula 372 do TST pela qual após 10 anos determina a incorporação das gratificações por desempenho de função;

f) e protege as empresas, inclusive em caso de reclamações trabalhistas.

- Tira a responsabilidade das empresas

pertencentes ao mesmos proprietários em relação a débitos trabalhistas de uma delas;

- Impõe multa ao “litigante de má-fé”, que é uma forma de constranger o trabalhador a ingressar na justiça por seus direitos;
- Impõe custas judiciais ao trabalhador que faltar à audiência, mas concede mais garantias ao empregador, caso ele falte.

4. TERCEIRIZAÇÃO (Lei 13.429/2017)

A lei aprovada ampliou o prazo para trabalho temporário de 90 para 180 dias, com possibilidade de extensão para mais 90 dias que pode ser contratado inclusive em atividade fim, o que atualmente não é permitido e sobre o qual há ações judiciais do movimento sindical questionando. Na terceirização a responsabilidade das empresas passa de solidária para subsidiária, reduzindo o ônus da companhia contratante, em caso da contratada não cumprir com suas obrigações trabalhistas. É gravíssima a possibilidade de terceirizar trabalhadores da atividade fim e também a quarteirização que a lei permite.

A lei não atinge especificamente apenas um banco ou uma categoria, mas sim a classe trabalhadora, permitindo o fim de muitas categorias por formas de trabalho precárias e de regime diferenciado. No caso do México que aprovou a lei de terceirização em 2012, cerca de 16% dos trabalhadores são contratados como terceirizados, representando 8,2 milhões, e outros 60% possuem trabalho informal sem registro. No caso dos bancários, o Bancomer criou uma operadora e substituiu a mão-de-obra por terceirizada para não se pagar direitos convencionados, pelo sucesso outras empresas adotaram tal prática.

Atualmente, a resolução do Bacen que autoriza o correspondente bancário criou algo que minimamente lembra o caso do Bancomer na subcontratação de trabalhadores. Muitos correspondentes que operam são empresas menores criadas pelos grandes bancos

para operar pagando pouco ao trabalhador e sem garantias legais, eles escondem a ligação direta através de centralizadoras para operacionalizar o serviço através de quarteirização. No caso do Banco do Brasil, a própria BBTS antiga Cobra Tecnologia, empresa 100% pertencente ao BB, ela funciona como centralizadora de outras empresas subcontratando os trabalhadores. Tudo isso na esfera do correspondente bancário, entretanto a abertura da terceirização permitiu o fim do concurso público e a substituição sem freios de toda área de serviços bancários.

A unidade da categoria frente a essa legislação deve ser o foco de resistência e mobilização!

5. REESTRUTURAÇÃO, DESMONTE DO BB E REDUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS.

Com a posse do então interino Michel Temer, começaram a aparecer diversas especulações sobre medidas a serem adotadas nos bancos públicos envolvendo reestruturações, fechamento de unidades e plano de demissão de funcionários.

Depois de uma onda de boatos, vazamentos à imprensa e em redes sociais, o Banco do Brasil anuncia uma grande reestruturação que envolvendo a revisão e o redimensionamento da estrutura organizacional do BB em todos os seus níveis, com redução de diretorias, superintendências, esvaziamento e centralização de órgãos regionais e fechamento de 781 agências, sendo 402 extintas e 379 transformadas em postos de atendimento.

Junto com o anúncio da reestruturação o banco anunciou um Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI) que teve 9.409 adesões. O banco também cortou 9.300 vagas nas unidades e não fez nenhuma reposição via convocação de concursados, ao contrário do que ocorria em outros programas de incentivo, no qual havia sempre substituição dos que saíam ou além.

Defender o Banco do Brasil passa prioritariamente em defender primeiro seus funcionários. A reestruturação não acabou e milhares de funcionários tiveram seus salários reduzidos por recolocação em funções inferiores ou perda do cargo. A agressividade com que foi colocada a reestruturação sem um mínimo de respeito ao funcionalismo coloca em foco o debate sobre a estratégia da direção do BB. A recente afirmação do atual presidente do BB demonstra um anseio dessa direção em ampliar o modelo digital para reduzir custos e reduzir folha de pagamento, sobrecarregando o funcionário no final do processo.

Qual o sentido do maior banco público ser mais agressivo que os privados? Abrir espaço para o mercado privado ao reduzir espaços tradicionais de atuação do BB e com um discurso de modernização das relações com os clientes, o Conselho de Administração coloca em na berlinda o maior banco público do país com uma atuação mais voltada as “práticas” do mercado. Por isso, defendemos de fato uma atuação forte, com dialogo e responsável do Representante dos Funcionários no Conselho de Administração, saindo de papel secundário dos últimos anos, para um papel de construção com vários setores da sociedade em defesa do banco público.

É preciso criar uma unidade de atuação entre movimento sindical e o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, para criar uma mobilização efetiva da base para o enfrentamento contra o desmonte do BB. Além de uma organização de enfrentamento e mobilização da base, temos de ampliar a atuação para fora, seja com o acompanhamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos para levar o debate da importância dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social.

A defesa das empresas públicas passa pelo apoio e o entendimento da sociedade civil da importância desse instrumento social. Por isso, a Articulação Bancária defende a criação da Frente Parlamentar, como também

a necessidade de ampliar o debate para todo movimento civil e social organizado frente à devassa proposta pelo atual governo golpista em prol de uma capitulação ao sistema financeiro internacional. O enfrentamento deve ser em todos os campos com a participação da sociedade civil organizada e com a participação da população. O desmonte dos bancos públicos deve ser denunciado em audiências públicas, imprensa, junto ao Ministério Público e até em ações judiciais para proteger funcionárias, funcionários e suas famílias.

Os dias nacionais de luta, as paralisações e atividades promovidas no início de 2017 não foram suficientes para frear o apetite do governo na redução do tamanho do BB, devemos ampliar e criar junto com o Comando Nacional dos Bancários um calendário de luta que passa pela defesa dos bancos públicos e dos trabalhadores em geral. A unidade da categoria será a defesa da classe trabalhadora em todas as instancias, frente ao desmonte dos bancos públicos, frente à terceirização desenfreada, frente ao fim de uma das categorias de trabalhadores mais organizadas a nível nacional.

Por isso, a estratégia ao longo dos últimos anos de mesa única e campanha salarial unificada se mostraram acertada para garantir avanços para categoria como todo, neste momento de ataques, qualquer isolamento e bandeiras de promoção de racha no seio da esquerda, será o por fim a derrota da categoria como um todo. Por isso, defendemos a unidade de ação em defesa dos bancos públicos e em defesa da categoria bancaria.

A organização do movimento e da mobilização passa pelo Comando Nacional dos Bancários, pois somente este fórum sintetiza a unidade da categoria em nível nacional, com representação dos maiores sindicatos, federações e posições políticas. A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil tem papel fundamental como assessoria do Comando, levando as propostas de um calendário de lutas contra

esses ataques. Um calendário nacional de mobilização e defesa da categoria e com a defesa dos bancos públicos devem ser levados a Conferência Nacional dos Bancários, congresso esse que reúne representantes de diversos bancos, a unidade dos bancários.

Além de uma proposta de calendário de lutas a serem levadas para Conferência Nacional dos Bancários, a Articulação Bancária defende como um dos pontos contra reestruturação a implantação da incorporação de função para todos os funcionários, com aplicação imediata dos efeitos da Súmula 372 do TST como forma de proteção aos mais de 2 mil funcionários não realocados na reestruturação.

A proteção dos funcionários também passa pela prorrogação da Vantagem de Caráter Pessoal – VCP para manter os salários de qualquer funcionário que tenha perda em processo de reestruturação até que seja realocado com mesmo salário.

É preciso fortalecer todas as frentes de defesa do Banco do Brasil e demais bancos públicos. Os funcionários do BB precisam se apropriar da defesa do banco divulgando e se engajando nos seminários, audiências públicas e demais eventos de mobilização em defesa dos bancos públicos.

Por fim, os bancos públicos são um importante instrumento de política econômica e de promoção do desenvolvimento econômico e social. O desmonte do BB e a diminuição do seu papel no mercado tem clara intensão de preparar o banco para a privatização.

Precisamos defender o Banco do Brasil contra a privatização. Defender o BB é defender o Brasil.

6. BANCO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS

O desenvolvimento de novas tecnologias é um processo significativo da sociedade capitalista e atuam com redutor da penalidade do trabalho como também no aumento da produtividade e da margem de lucro

empresarial. No caso do ramo financeiro a incorporação de novas tecnologias, modifica profundamente as relações de trabalho com impactos imediatos no aumento da produtividade e no lucro dos bancos.

O setor bancário passou por uma transformação radical nos últimos anos em decorrência do extenso processo de informatização, bem como de mudanças estruturais no setor – como a terceirização. Se, de um lado, os terminais de autoatendimento desempregaram caixas bancários humanos, de outro lado, empregados terceirizados precarizaram as relações de trabalho neste ramo profissional. O processo iniciado nos últimos anos que atingiam apenas o trabalho de caixas, agora é levado ao campo negocial/gerencial com a criação dos escritórios e plataformas digitais galgados no uso do acesso tecnológico com internet banking e mobile banking.

O Banco do Brasil, nos últimos anos intensificou seu processo de incorporação de tecnologias modificando profundamente a forma de organização do trabalho e seu relacionamento com o cliente. A oferta de comodidades digitais para os clientes implicou em mudanças estruturais do banco bem como altercares na forma de realizar o trabalho: alteração de local de trabalho, concentração de carteiras e clientes, ampliação do horário de atendimento, incorporações de plataformas on-line de comunicação e contato com cliente.

O ingresso no mundo digital do Banco do Brasil obriga aos funcionários do Banco do Brasil a uma reflexão profunda sobre a questão. O processo de agregação tecnológica nos processos de realização intensificou o trabalho e o tornaram muito mais repetitivo aumentando os riscos para a saúde do trabalhador. Os atuais avanços tecnológicos e as reestruturações promovidas pela direção do banco, nos levam a questionar se existe algum papel que possam desempenhar no futuro do Banco do Brasil uma vez processo de digitalização do Banco, vem acompanhado da

eliminação de postos de trabalhos. A maioria sente-se totalmente despreparada para lutar com a enormidade da transição que está ocorrendo, mas a unidade e a luta organizada de todos e todas, mostram-se como caminhos para a melhor as condições de trabalho e exigir que as tecnologias do banco busquem não somente o aumento da produtividade como também a redução da penalidade e o desgaste oriundos do trabalho.

7. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E MESAS PERMANENTES

A Campanha Nacional do Bancários de 2016 trouxe para o universo recente das negociações coletivas da categoria um acordo bianual. As reformas pretendidas pelo governo com ataques aos direitos dos trabalhadores foi o cenário para que a categoria ousasse discutir e aprovar uma Convenção Coletiva e Acordo Aditivo Específico com validade por 2 anos.

O acordo de 2 anos protegeu os direitos e conquista dos funcionários do BB permitindo em 2017 a organização e luta contra as reformas e contra a retirada de direitos. As críticas ao acordo bianual perderam seu fôlego com o passar dos meses e com o agravamento do cenário para os trabalhadores. Os acordos coletivos do primeiro semestre refletem uma decisão acertada e mais uma vez de vanguarda da Articulação Sindical ao defender a proteção dos direitos dos trabalhadores, garantindo para 2017 a reposição integral da inflação acrescida de 1% de aumento real em todas as verbas salarial e benefícios.

O modelo de organização da Campanha Nacional de 2017 traz novos desafios para bancárias e bancários. E um dos grandes desafios será o fortalecimento da Mesa Permanente de Negociação e aprimoramento das Mesas Temáticas de Negociação.

As mesas de Prevenção de Conflitos, Saúde no Trabalho e Igualdade de Oportunidades, já contratadas no acordo coletivo poderão produzir garantias de direitos e avanços nos debates sobre condições de trabalho, assédio

moral e aprofundar a análise sobre as causas de adoecimento do funcionalismo do BB.

7.1 – MINUTA DE REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS DO BB:

A minuta de reivindicações específicas dos funcionários do BB construída ao longo de décadas de organização, com debates na base, assembleias, encontros regionais e congressos nacionais é viva e continuará sendo na referência em todo processo negociação.

As propostas de remuneração, carreira, melhoria nas condições de trabalho, organização do movimento, saúde e previdência e papel do BB aprovadas, devem ser defendidas no processo de negociação específico permanente independente do tempo de duração do acordo coletivo atual e futuros acordos.

7.2 – PREVI E FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PATROCINADOS PELO BB

Temos muitos desafios a enfrentar e vencer na defesa e fortalecimento dos nosso Fundos de Pensão entre 2017 e 2018.

O funcionalismo deve manter a atenção e mobilização na luta contra o PLP 268. Muito embora o governo golpista venha a cada dia se desdobrando e consumindo energias para não cair, sua base conservadora insiste na defesa das pautas antissociais e de ataque aos trabalhadores, como as reformas trabalhista e previdenciária. Assim, não é difícil ocorrer um cenário de forte pressão de bancos e entidades abertas de previdência para votação deste projeto que enfraquece a governança das entidades fechadas e exclui os associados da gestão das suas entidades de previdência complementar, representando uma verdadeira intervenção do chamado mercado nos recursos dos trabalhadores.

Na luta geral em defesa dos fundos de pensão dos funcionários do BB daremos atenção ao combate à terceirização das atividades em

nossa Entidade e a entrega de sua gestão aos agentes de mercado. Na Previ, o maior trunfo dos associados, ao lado da eleição dos nossos representantes para cargos na Diretoria Executiva e nos conselhos, é a presença dos funcionários do Banco cedidos à PREVI, cuidando do nosso próprio futuro e, portanto, comprometidos com a solidez dos investimentos.

Nossas bandeiras pelo fim do voto de minerva nos conselhos deliberativo e fiscal e pelo direito de voto dos associados nas alterações de regulamentos e do Estatuto devem permanecer empunhadas em clara demonstração das diretrizes de gestão que defendemos na governança da PREVI.

Nossas entidades e seus dirigentes têm, ainda, no presente e no futuro, o desafio e o compromisso de se engajarem, ao lado dos nossos representantes nas direções, nas ações de educação financeira e previdenciária, criando ambientes para realização de reuniões periódicas com o funcionalismo da ativa e aposentados, onde possam ser debatidos os temas afetos à previdência, tanto pública quanto complementar.

Este é o caminho correto para criarmos uma forte cultura previdenciária e mobilizarmos o funcionalismo para lutas fundamentais no plano geral da sociedade, contra a reforma da previdência proposta pelos golpistas, e em nossas demandas junto ao Banco, como a luta para transferência à PREVI da administração dos planos de benefícios dos bancos incorporados.

Plano PREVI Futuro

No Plano PREVI Futuro, onde está associada a maioria dos funcionários da ativa, temos conquistas importantes para serem cobradas e consolidadas no próximo período.

Entre as principais reivindicações, que precisam ser imediatamente implantadas, está a aprovação do novo regulamento do Plano que permitirá o resgate das contribuições

patronais e a revisão da tabela PIP, garantindo que a contribuições de evolução da carreira, a chamada contribuição 2b, esteja acessível a todos os funcionários com o consequente aumento também da contrapartida do Banco. O Banco, hoje, contribui com cerca de 9% da sua folha de salário-de-participação, quando o artigo 65 do Estatuto da PREVI prevê um limite de 14%. Margem estatutária para o BB aumentar a sua contribuição existe. O que precisamos agora é de mobilização do funcionalismo para arrancar da direção do Banco e do governo golpista esta importante conquista para os associados do PREVI Futuro.

Mas, outras conquistas não podem da mesma forma esperar e devem constar em nossa pauta permanente de reivindicações junto ao Banco. Entre elas, destacamos:

Contribuições do Banco sobre a PLR;

Implantação do ciclo de vida com perfis de investimentos conforme a faixa etária e o tempo que falta a cada associado para alcançar o direito à renda mensal de aposentadoria;

Redução para 10 anos da carência de filiação ao Plano para requerer a aposentadoria;

Fim da taxa de carregamento sobre as contribuições facultativas ao Plano;

Redução da taxa de carregamento para as contribuições que possuem a contrapartida do Banco.

PLANO 1

Para o Plano 1, onde estão filiados os funcionários admitidos no Banco até o dia 24/12/1997 e que possui, atualmente, cerca de 11 mil funcionários na ativa, 82 mil aposentados e 21 mil pensionistas, a busca pelo equilíbrio entre os ativos e o compromisso atuarial da PREVI deve ser permanente.

Da mesma forma que fizemos em 2017, neste ano precisamos manter o funcionalismo mobilizado para evitarmos a implantação de

qualquer contribuição extraordinária. Temos absoluta convicção de que o déficit do Plano é conjuntural e não estrutural.

Outra frente de atuação é a cobrança ao Banco para que dê encaminhamento à tramitação da alteração do Regulamento que implanta o teto de benefícios no Plano. Precisamos fechar esta porta que permite a executivos do Banco e suas coligadas se aposentarem com base em 90% dos seus honorários como estatutários. O Regulamento aprovado na PREVI prevê o teto de benefícios com base na maior remuneração da maior função privativa dos funcionários de carreira do Banco do Brasil, que atualmente é o cargo de Diretor. A proposta, aprovada em novembro de 2016, permanece em análise no Banco e nos seus órgãos de controle e fiscalização nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, revelando a má vontade do patrocinador no encaminhamento do assunto. Lógico, portanto, que a alteração regulamentar somente avançará se tiver pressão do funcionalismo.

7.3 - CASSI e Entidades de saúde patrocinadas

Defendemos a luta permanente na defesa das nossas Caixas de Assistência e Planos de Saúde dos funcionários e funcionárias do BB e as melhorias que sejam necessárias para cuidar da saúde do trabalhador e sua família

Continuaremos cobrando do Banco o compromisso de estimular a participação dos trabalhadores em suas entidades associativas por meio da criação de políticas afirmativas como a valorização de Conselhos de Usuários e que se viabilize reuniões nos locais de trabalho com a finalidade de aproximar os trabalhadores das associações.

O modelo assistencial da Cassi é uma das nossas maiores bandeiras, principalmente num momento de crise no sistema de saúde nacional. Este modelo tem demonstrado ser o que melhor salvaguarda o direito à saúde dos trabalhadores.

Em 2016, depois de dezoito meses, concluímos a negociação de um acordo entre o Banco e entidades representantes do funcionalismo do BB da ativa e aposentados com participação dos dirigentes eleitos.

O acordo negociado, defendido pela Articulação, foi aprovado pelos associados com 82% de votos favoráveis e começou a ser implantado em dezembro de 2016, quando foram feitos os primeiros aportes do banco e dos associados. O acordo envolve também a revisão de processos pela Cassi e a implantação de uma série de programas de saúde e medidas, com prestação de contas trimestral às entidades representativas dos associados.

Não podemos descartar que se valorize o trabalho de auditorias técnicas, independentes, desde que sejam alinhadas aos princípios da boa governança e norteados com os consensos e princípios construídas na mesa de negociação. Amplamente debatidos com os associados da Cassi, acordamos em mesa os princípios como a manutenção da solidariedade; investimento no Modelo de Atenção Integral à Saúde através da Estratégia Saúde da Família; a garantia de atendimento para ativos, aposentados, dependentes e pensionistas e a corresponsabilidade entre BB e associados.

Para a Articulação, os projetos de ações estruturantes apresentados durante o processo negocial devem o ponto de partida para os trabalhos da consultoria externa dentro da Cassi. Os projetos fazem parte do Programa de Excelência no Relacionamento, desenvolvido pelas diretorias da Cassi e tratam de aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, gestão da rede de prestadores, acesso qualificado através do sistema integrado de saúde, gestão integrada de informações de estudos estatísticos e atuariais, aperfeiçoamento dos processos orientados ao sistema de saúde Cassi e novos planos a serem oferecidos.

8. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

8. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Congresso Nacional dos Funcionários do BB de 2016 foi histórico por ter pela primeira vez estabelecido o critério de paridade de gênero na formação das delegações de Estados e Federações. A representativa da mulher na política e no mercado de trabalho é resultado da organização e luta coletiva de todas. Neste contexto, é primordial fortalecer o debate de equidade de gênero dentro do Banco do Brasil utilizando a Mesa de Igualdade de Oportunidades que resultante em políticas efetivas em busca da equidade.

As mulheres já são metade do quadro funcional do BB, mas ainda ocupam um percentual pequeno nos cargos executivos e na alta direção do banco a presença feminina é quase inexistente. É preciso mudar e reverter este quadro com urgência. Argumentos como: “as mulheres optam pela segurança e redução de jornada que o banco proporciona”, “depois da gerência média, as nomeações são políticas, e as mulheres não sabem fazer política e construir relações”, “o espaço corporativo é duro demais para as mulheres, muitas vezes temos que tomar decisões complicadas”, “cargos decisão implicam em disponibilidade de horário, questão incompatível com a realidade da mulher que tem sua família para cuidar” são propagados como mantras e moldam uma cultura institucional. É necessário a compreensão de que as diferenças entre os gêneros foram historicamente construídas e que a responsabilidade em construir um ambiente sem violência e discriminação é sobretudo do Banco.

No desmonte do Banco do Brasil que vivenciamos hoje, as mulheres, embora bem posicionadas no TAO, com históricos positivos de cumprimento de suas metas, continuam sendo preteridas em entrevistas presenciais em virtude de estarem grávidas configurado uma política clara de violência de gênero. As mudanças e os desafios impostos pelo debate são grandes. Avançar em busca da equidade

no banco, é um compromisso que envolve políticas ativas de formação e também na correção de caminhos que contribuem para ampliação dos preconceitos e da violência.

A Mesa de Igualdade de Oportunidades é o terreno propício para o debate das condições de trabalho e ascensão profissional das pessoas com deficiência e funcionários LGBT de forma a eliminar qualquer resquício de preconceitos em relação ao gênero, orientação sexual, cor de pele ou deficiência. É necessário que social e profissionalmente homens e mulheres sejam tratados de forma igualitária no exercício pleno de suas diferenças biológicas e culturais.

9. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DO BB

A Central Única dos Trabalhadores e suas estruturas organizativas – confederações, federações e sindicatos - têm organizado os trabalhadores por ramos produtivos e macro setores. A organização dos trabalhadores no setor financeiro tem se dado há alguns anos de forma internacional. A Contraf-CUT e suas entidades afiliadas, juntamente com a UNI Américas Finanças, tem atuado em conjunto com os sindicatos de bancários nas Américas.

Desde a instalação do Governo Temer o Banco do Brasil tem se recusado a assinar a renovação do acordo Marco. Este acordo é um importante instrumento para garantir o cumprimento da legislação e fortalecer a organização onde já existem sindicatos de bancários e para criar os sindicatos e a representação onde ainda não há essa organização.

A atuação da Rede Internacional do BB via Contraf-CUT foi decisiva na construção do Acordo Coletivo dos Bancários do BB no Paraguai depois de anos.

É preciso reforçar a representação na Argentina, onde o Banco Patagônia cujo acionista majoritário é o Banco do Brasil, tem sido alvo de especulações em relação a

sua venda aumentando a tensão entre seus trabalhadores. Ainda mais, as denúncias e especulações giram entorno do possível comprador seria o Itaú-Unibanco, que nos últimos anos cresceu sua ascendência sobre o sistema financeiro da América do Sul graças ao financiamento do BNDES. Como fiador do golpe que instaurou Henrique Meireles no Ministério da Fazenda e um dos controladores do Itaú-Unibanco no Banco Central, o pagamento do golpe seria realizado com a venda do Patagônia aos controladores desse banco no mercado interno Argentino. Vale ressaltar que o Banco da Patagônia tem expressivo impacto positivo no balanço do BB.

Defendemos a assinatura de um Acordo de Neutralidade pelo Banco do Brasil para garantir de forma democrática a construção da organização sindical dos trabalhadores do BB nos EUA. Nos Estados Unidos estamos em um processo de construção de sindicatos e representações de bancários. A CWA tem sido a entidade parceira da UNI e da CUT e sua rede de sindicatos através da Contraf-CUT para organizar os trabalhadores do setor financeiro daquele país.

Faz-se necessário retomar o diálogo com o BB para a retomada na Organização dos Trabalhadores Norte Americanos e para que os direitos básicos para os funcionários do BB

nos EUA estejam em nosso próximo acordo específico.

REFERÊNCIAS

DIEESE. Texto-síntese. REFORMATRABALHISTA. Riscos e perdas impostas pelo PL 6787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. São Paulo: DIEESE, 02/05/2017.

DIEESE. Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930. São Paulo: DIEESE, maio 2017. (Nota Técnica, 179).

DIEESE. A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, maio 2017. (Nota Técnica, 178).

DIEESE. Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. DIEESE, maio 2017. (Texto-síntese).

15ª PLENÁRIA ESTATUTÁRIA – CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA CUT - TEXTO BASE. 2017.

ANFIP. Reforma da Previdência: O Que Pode Mudar Na Sua Vida?. Brasília: ANFIP, março 2017. https://www.anfip.org.br/noticia.php?id_noticia=21480. Acesso em 14/06/2017.

Trump e a crise do imperialismo

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos

TESE BANCÁRIOS EM LUTA

A vitória eleitoral de Donald Trump expôs a enorme fragilidade de todo o regime político imperialista mundial. Trump foi vitorioso contra a vontade dos principais setores que dominam o mercado mundial, bancos, grandes especuladores e grandes industriais. Sua vitória lançou o imperialismo mundial em uma situação de desorientação sem precedentes. O regime político norte-americano se vê enfrentado com uma crise interna de longa duração.

O grande desafio para o imperialismo, neste momento, é evitar o aprofundamento da crise, por um lado, buscando controlar o novo governo e, por outro, evitar novas derrotas através de uma política de amplas manobras parlamentares e extra parlamentares como vimos na Holanda e, agora, na França.

De conjunto, a situação mundial pode ser descrita fundamentalmente como de esgotamento da política neoliberal e globalista, agora na sua versão “democrática”. Após os desastres da guerra do Iraque e da ofensiva em diversos países atrasados (Rússia, Leste Europeu, América Latina etc.) com a ofensiva neoliberal comandada pela direita imperialista (de Reagan e Thatcher aos Bush), o imperialismo buscou reorganizar a sua ofensiva com meios de maior demagogia democrática (Obama, Merkel, Hollande etc.) de modo a ganhar fôlego e relançar uma nova ofensiva. O golpe de Honduras em 2009 marcou a política do imperialismo em traçar uma linha de contenção para o desenvolvimento das tendências nacionalistas de um modo geral e inaugurou uma etapa de golpes de Estado mais ou menos abertos ou guerras civis (Mensalão, 2012, Paraguai, 2012, Ucrânia, 2013, Egito, 2013, Tailândia, 2014, Argentina, 2016, Brasil, 2016, Oriente Médio etc.). A chamada Primavera Árabe, colocando em xeque os regimes clientes do imperialismo na região (Egito, Tunísia, Iêmen, Quate etc.), mas também os regimes nacionalistas, em grande medida absorvidos pelo imperialismo (Síria, Líbia etc.) abriu, por um momento, a possibilidade de ampliar os regimes de fachada parlamentar de caráter

moderadamente nacionalistas (Qatar, Egito, Turquia), o que foi enterrado pela erupção violenta das tendências revolucionárias das massas e pela ameaça de guerra civil na maioria dos países.

A evolução da política imperialista para os golpes de Estado e outras manobras semelhantes revela a incapacidade do imperialismo de manter controle de um regime político submetido a eleições periódicas e relativa liberdade de expressão e organização, mesmo com a situação geral de refluxo da classe operária. A derrota da facção principal do imperialismo no plebiscito britânico (Brexit), nos EUA e a ameaça eleitoral da direita em vários países imperialistas (França, Holanda, Áustria etc.) são a expressão superestrutural do esgotamento do regime baseado em uma dura disciplina fiscal, erosão do valor da mão de obra, racionalização internacional do mercado de trabalho através da imigração etc.

As eleições norte-americanas e francesas mostram que o regime da burguesia imperialista perdeu completamente o apoio da classe operária dos seus países e se sustenta exclusivamente na classe média privilegiada pelo processo econômico atual cuja ideologia é um programa liberal (no sentido político) de reformas inócuas, ultra-moderadas e conservadora baseado no feminismo, anti-racismo, lgbt etc., um programa claramente burguês e dissociado dos interesses da classe operária e das necessidades da população pobre. Estes setores das classes médias identificam o imperialismo e sua propaganda cínica com a democracia, a qual serve como cobertura para os seus privilégios sociais. A grande maioria da esquerda foi mobilizada pelo imperialismo em torno destas aparências de democracia, as quais se opõem claramente à luta de classes, ou seja, à luta da classe operária e do socialismo proletário contra o imperialismo. Este fenômeno repete-se nos países atrasados, com estes setores apoiando inclusive a política golpista do imperialismo, seja na sua versão direitista (MBL, VPR etc. no Brasil) ou esquerdista

(PSOL, PSTU, PCB e grupos menores da esquerda pequeno-burguesa). A luta pela completa independência da classe operária e, inclusive, dos setores médios da influência do imperialismo pseudo democrático em todos os aspectos e terreno é uma questão fundamental da luta pela revolução proletária e socialista.

Um fenômeno importante da crise e da decomposição do regime imperialista é o surgimento de manifestações que apontam no sentido da recomposição de um movimento operário independente. O mais marcante exemplo destas tendências é a vitória de Jeremy Corbin no interior do Partido Trabalhista inglês. É preciso estabelecer uma rigorosa delimitação entre Corbin e a esquerda pequeno-burguesa internacional representada por partidos como Syriza, Podemos, PSOL e outras variantes menores de partidos ou combinações pequeno-burguesas. Estes últimos são representantes de uma esquerda pequeno-burguesa pró-imperialista que buscam interessar, sem grande sucesso, a classe operária em sua política superficialmente democrática, que nada mais é que a tentativa dos setores médios beneficiados pela globalização de participação no Estado capitalista. Corbin, por outro lado, líder de um partido burguês e imperialista, mas com gigantesca base operária, é a expressão da luta dos sindicatos britânicos contra a ala direita abertamente imperialista do seu partido, ou seja, diz respeito diretamente à reorganização política da classe operária. Nada há de estranho que este fenômeno ocorra com maior intensidade em um país como a Inglaterra, não apenas porque este é um dos mais decadentes países imperialistas do mundo, mas sobretudo pela importância dos sindicatos ingleses, historicamente, algumas das maiores organizações operárias do mundo.

A única forma de combater as duas vertentes do imperialismo, a democrática e a fascista é a organização da classe operária em um partido político próprio. Isto quer dizer que temos que trabalhar aí onde ocorre a evolução

real da classe, prestando minuciosamente atenção aos problemas concretos e à política das suas direções em cada momento. O caminho oferecido pela pequena-burguesia democratizante e pró-imperialista é um beco sem saída para a luta pelo socialismo. Não devemos confundir o maior ou menor grau de radicalização puramente verbal da esquerda pequeno-burguesa com qualquer evolução revolucionária real.

A crise do imperialismo pode facilmente levar a conflitos militares de grande amplitude como vemos na situação da Coreia, Síria etc.

Rússia, China e Oriente Médio

Uma das chaves da situação internacional está no conflito entre o imperialismo e países atrasados que são potências regionais como a Rússia e China, principalmente, mas também Irã, Índia, Brasil etc. O crescimento da importância destes países e o crescimento dos seus conflitos com o imperialismo nada mais é que um aspecto da crise capitalista e da decomposição dos regimes imperialistas. Sua importância reside em que, de diferentes maneiras, tais países são um terreno fundamental para a economia capitalista mundial. O caso da China é ilustrativo. Com a contrarrevolução de 1989, parte da reação neoliberal em todo o mundo, a China tornou-se, primeiramente, um fator decisivo para que o imperialismo travasse as fortíssimas tendências inflacionárias das duas décadas anteriores pela introdução de centenas de milhões (sic) de trabalhadores baratos no mercado de trabalho mundial, provocando não apenas uma deflação geral, mas sobretudo uma deflação no mercado de trabalho mundial. Este fato atraiu para a China um extraordinário afluxo de capital que serviu para sustentar a dívida pública capitalista, principalmente dos EUA, e a especulação mundial. A recomposição econômica destes países, em aliança com o imperialismo mundial, após longos períodos de violenta crise política e econômica, fortaleceu também as posições das burguesias locais vis-a-vis os países imperialistas. China, Brasil, Rússia, Índia

mostram um produto interno bruto superior à maior parte dos países imperialistas, uma pálida imagem contábil deste fenômeno.

A primeira etapa da ofensiva neoliberal mostrou que a sua essência é destruição de forças produtivas em escala colossal como remédio para a crise de superprodução que veio novamente à tona a partir de 1974. De 1984, com Thacher até o colapso da URSS, o imperialismo destruiu uma quantidade de forças produtivas superior às duas guerras mundiais juntas. Uma boa parte da economia dos países do Leste Europeu, da Ásia, da América Latina e da África foi simplesmente varrida do mapa para dar lugar à ocupação de um “novo” mercado pelo capital especulativo imperialista. O reflexo em negativo estatístico deste fenômeno é o crescimento exponencial do desemprego, da fome, da mortandade e inclusive do trabalho escravo mundial, que o imperialismo atribui cinicamente ao desenvolvimento tecnológico.

A política de destruição das forças produtivas dos países do Leste foi levada adiante por meio da exploração das grandes crises econômicas e políticas que conduziram a um enfraquecimento do Estado. Foi no Iraque, porém, que a política neoliberal foi levada, podemos dizer assim, até o fim. A destruição completa e catastrófica da economia iraquiana pelas forças de ocupação imperialista constitui um modelo para a aniquilação das economias mais desenvolvidas dos países atrasados. O capitalismo não pode sobreviver sem a destruição sistemática das forças produtivas. O crescimento da polarização social (acumulação de riqueza em um minúsculo pólo de superbilionários e uma quantidade cada vez maior de miseráveis), do desemprego e mais os processos que levam a uma economia cada vez maior de mão de obra é uma via que somente conduz à maior destruição das forças produtivas (privatizações, fechamento de empresas, demissões, liquidação de serviços sociais do Estado, liquidação de direitos trabalhistas, rebaixamento salarial permanente) e consequentemente a um estrangulamento

econômicos destes países (que conduz ao crescimento dos conflitos militares) e à escravização política e econômica que não pode ser obtida sem uma dura resistência política (causa dos golpes de Estado).

Estas são as contradições fundamentais entre estes países e o imperialismo. A burguesia nacional destes países não é capaz de fazer frente ao imperialismo e, de um modo geral, está associada com ele, mas não pode evitar o surgimento de contradições e conflitos. Em todas estas situações, a política revolucionária consiste em combater o imperialismo mantendo uma completa independência em relação à burguesia dos países atrasados, seu programa, sua política e seus métodos. A política de destruição do imperialismo está forçada a provocar guerras, revoltas, revoluções, guerras civis e golpes de Estado até que o capitalismo seja derrotado.

O imperialismo e a América Latina

A política de golpes de Estado e de luta contra o nacionalismo na América Latina é o resultado do fracasso da primeira onda da política neoliberal que levou vários países a uma situação revolucionária. A derrota do golpe de Estado na Venezuela (2002), que deveria ser o início da reversão da crise do neoliberalismo enfraqueceu o imperialismo e acentuou o processo nacionalista. A vitória de Lula no Brasil é parte deste mesmo processo.

Para o imperialismo, os governos nacionalistas foram um pedágio a ser pago pelos resultados da política de rapina da década de 1990. Agora, trata-se de retomar a mesma política com maior violência.

Os governos nacionalistas constituíram uma aliança entre setores da burguesia local, do próprio imperialismo, do aparelho de Estado e das classes exploradas e oprimidas. O sucesso desta aliança de classes, cujo segredo está na violência da política imperialista e no seu fracasso, obriga agora o imperialismo a procurar desmontá-la completamente. Para o imperialismo o problema está em destruir

as bases para a política nacionalista por um longo período para que possa dominar os regimes políticos na região e levar adiante a sua política de terra arrasada até as últimas consequências. Esta situação não é nova, ao contrário, ela é recorrente nas relações entre o imperialismo e os países latinoamericanos (e mundialmente). Em todas as oportunidades levou a um aprofundamento da política repressiva e contrarrevolucionária até os regimes de tipo fascista como o de Videla, Pinochet, Medici, Banzer etc. Nas atuais condições de crise capitalista, este desenvolvimento tende a se dar de maneira mais rápida e mais convulsiva.

Balço de um ano do impeachment de Dilma Rousseff

O Brasil atravessa um processo de ofensiva contrarrevolucionária liderada pelo imperialismo. As tentativas de reduzir este fato a um “golpe parlamentar” são absolutamente infantis. O imperialismo e os grandes capitalistas a ele associados compreendem que já não podem governar sob o pacto estabelecido pela Constituição de 1988. O regime político saído da queda da ditadura está completamente esgotado porque a burguesia perdeu o controle da situação. No centro da crise está o PT, partido que não estava previsto na chamada “transição democrática”, assim como não estava previsto o enorme papel que a classe operária brasileira desempenharia na política nacional. Se o PT somente pode se consolidar como grande partido de massas eleitoral foi pelas características revolucionárias da situação no seu surgimento e consolidação (1978-85) e se ele pode chegar ao governo foi pelo mesmo motivo. Nesse sentido, o PT não cumpre exatamente o mesmo papel que os partidos socialdemocratas europeus, ou seja, de engrenagem completamente adaptada ao equilíbrio do regime político. A prova está não apenas no golpe de Estado mas na tentativa de liquidação do PT e de Lula em particular levada adiante pela burguesia neste momento.

Nesse sentido, o objetivo da burguesia como o golpe de Estado é o de modificar de maneira qualitativa das relações: enfraquecer parte da burocracia estatal vinculada à economia nacional, liquidar o sistema partidário falido, quebrar os sindicatos (o que implica em uma completa reformulação das relações com a classe operária), destruir o tomar para si os mais importantes setores da economia nacional.

As medidas adotadas pelos golpistas e que ultrapassam em muito as expectativas da esquerda pequeno-burguesa que acreditava que estávamos diante de uma mera troca de guarda são apenas a ponta do iceberg. Se a burguesia conseguir impor uma derrota decisiva na luta que se processa neste momento e estabilizar o novo status quo, ela avançará muito mais.

A liquidação do regime político, um fenômeno objetivo em curso, coloca a definição do novo regime do ponto de vista da luta entre as duas classes fundamentais da sociedade, o imperialismo e a classe operária. Ao final da ditadura, a burguesia contava com um partido democrático que serviria de eixo para o regime e que seria a base para uma ampla frente popular, o MDB. Este partido, no entanto, foi liquidado pela crise que impulsionou o desenvolvimento de um partido de fora das combinações da burguesia. Neste momento, a burguesia ingressa na crise com o seu quadro partidário praticamente liquidado, situação que se agrava com o golpe de Estado. O colapso do regime conduz a uma situação revolucionária.

A classe operária e o PT

O PT representa as ilusões políticas da classe operária e de um importante setor da pequena-burguesia no regime pseudo democrático. O golpe de Estado fez com que estas ilusões dessem lugar a uma mobilização contra o golpe que tem claras perspectivas revolucionárias. A luta democrática e anti imperialista, bem como a luta contra as reformas só tem futuro como luta por um

governo próprio da classe trabalhadora. É nesse sentido que aponta a perspectiva atual. O atual processo deve conduzir à conclusão necessária de que os trabalhadores e a intelectualidade democrática nada têm a esperar do atual regime político em colapso.

Este processo só pode ser desenvolvido pela luta pelas liberdades democráticas contra a burguesia golpista e pela política de devastação do capitalismo. Desta luta pode e deve surgir um partido operário de massas que será expressão da experiência política das massas com o atual processo de fracasso do regime da Nova República e do golpe.

A classe operária diante do golpe

A classe operária mantém-se ainda em uma situação de refluxo, mas começa a dar sinais importantes de que está a ponto de inverter esta situação iniciando uma etapa de ascenso revolucionário. Este é o resultado da prolongada crise política, com duros ataques às condições de vida das massas trabalhadoras e da agitação em torno ao golpe de Estado. Uma das condições essenciais para o ascenso operário, ou seja, para que a classe operária ingresse em um etapa de mobilização revolucionária é justamente a crise do regime político. Foi o que ocorreu com o ascenso operário iniciado em 1978, após 14 anos de ditadura. Esta tendência deve ser impulsionada levando-se a agitação política contra o golpe às fábricas. Este desenvolvimento colocará em pauta a renovação de todas as relações políticas no país, do sistema político aos sindicatos.

A esquerda pequeno-burguesa é um instrumento do imperialismo

A crise do regime político e o golpe colocaram em xeque as perspectivas da construção de uma variante eleitoral da esquerda pequeno-burguesa ao estilo Syriza ou Podemos no Brasil. Os partidos da esquerda pequeno-burguesa como PSOI, PSTU, PCB, PCdoB e alas do próprio PT mostraram-se completamente incapazes de combater o golpe de Estado e no

extremo saíram abertamente em defesa dele e de toda a campanha cínica da burguesia. Até o momento, determinadas alas (Luciana Genro, do MES e Juntos do PSOI, PSTU apoiam abertamente a prisão de Lula!). O cálculo de substituir o PT eleitoralmente pela mão da direita está levando estes partidos a uma crise que pode ser terminal.

Esta experiência mostra, de maneira conclusiva, que tais partidos são um elemento de confusão para a evolução da classe operária na sua luta pela construção de um partido operário.

O objetivo da luta dos trabalhadores.

A situação de exploração e opressão dos trabalhadores somente pode ser superada com a superação do capitalismo enquanto forma de organização econômica da sociedade. Não é possível alterar de forma substancial a situação da classe trabalhadora dentro do capitalismo.

O 28º Congresso reafirma, nesse sentido, que o objetivo fundamental da luta dos trabalhadores bancários e de toda a classe trabalhadora é a luta pelo socialismo, pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e pela propriedade coletiva dos bancos empresas e da terra.

Os que dizem que defendem os interesses dos trabalhadores, mas não lutam pelo socialismo enganam os trabalhadores e atuam no sentido de perpetuar a sociedade capitalista de exploração e opressão que é responsável pela miséria dos trabalhadores em um pólo enquanto uma minoria acumula riquezas imensas no outro.

A atual crise capitalista não é uma crise qualquer, mas um capítulo da crise terminal do capitalismo e mostra a sua inviabilidade como sistema social que ameaça arrastar o mundo todo para uma situação de barbárie, de guerras, de fome, etc.

A luta pelo socialismo decorre, portanto, de

todas as lutas imediatas por salário, emprego, melhores condições de trabalho e de vida é a única forma de conseguir uma vitória efetiva dos interesses da classe trabalhadora.

Toda a luta dos trabalhadores, que começa com a luta pelo salário, é uma luta política. O poder do Estado é o maior instrumento de reforma social que existe e também o maior obstáculo a qualquer reforma que atenda os interesses dos trabalhadores.

Na última greve, os trabalhadores bancários foram obrigados a enfrentar não apenas o poder executivo dominado pela direita golpista, mas também o poder judiciário, parte do golpe de Estado, que arbitrariamente vem editando interditos proibitórios causando confusão na categoria, impedido a lutas da categoria.

Nesse sentido, o 28º Congresso declara em alto e bom som que os trabalhadores se recusam a confinar a sua luta nas questões salariais e econômicas e que é dever dos trabalhadores intervir na vida política do país.

A ditadura militar, que durou de 1964 a 1985 esmagou os trabalhadores. Neste momento estão sendo ameaçados e arrancados da classe trabalhadora os seus direitos conquistados através de muitas lutas ao longo de um século pelo governo da direita golpista. Este governo está acima de tudo a serviço dos interesses patronais dos empresários e bancos internacionais.

Diante disso, o 28º Congresso assinala que objetivo dos trabalhadores bancários, bem como de todos os trabalhadores é o de lutar contra o golpe e o retorno do governo que foi democraticamente eleito com mais de 54,5 milhões de votos deposto através de um processo farsa no reacionário Congresso Nacional.

Ataques ao BB: um exemplo da política dos golpistas

As declarações do golpista Michel Temer e a

propaganda sistemática do PIG (Partido da Imprensa Golpista) contra os trabalhadores do Banco do Brasil para a redução do quadro funcional do banco é mais um exemplo do que está por trás do golpe de Estado. Cotar na carne dos trabalhadores para favorecer meia dúzia de parasitas capitalistas.

Os ataques desferidos ao Banco do Brasil faz parte de um dos fundamentos do golpe de Estado que é a entrega do patrimônio nacional. Mal terminada a greve da categoria bancária em 2016 que enfrentou os banqueiros e governo golpistas tendo os trabalhadores dos bancos públicos, dentre eles o Banco do Brasil, o setor mais avançado na greve, os golpistas anunciam o ataque que pretendiam fazer aos trabalhadores bancários quando defenderam a demissão de 18 mil trabalhadores do Banco do Brasil. O golpista Michel Temer afirmava que havia um “número infindável de contratações no Banco do Brasil” e que pretendia “cortar uma porção de cargos e funções que lá existem e que são absolutamente desnecessários”. A imprensa golpista vinha dando grande destaque para a reestruturação que acabou ocorrendo no BB, e faz propaganda que é necessário reduzir o quadro funcional em até 18 mil trabalhadores.

Tais declarações e propagandas da direita revelam o que está por trás do golpe de Estado, e deixa claro que o interesse em derrubar o governo do PT não tem nada a haver com a luta contra a corrupção, na verdade os interesses são atacar os direitos dos trabalhadores para favorecer meia dúzia de parasitas capitalistas nacionais e estrangeiros em detrimento às condições de vida da classe trabalhadora. Os mecanismos que estão sendo criados e aprovados no corrupto Congresso Nacional de controle dos gastos públicos, tais como a PEC 241, que reduz os investimentos na saúde e educação para beneficiar os tubarões donos de escolas e de hospitais, a venda dos ativos da Petrobras, a entrega do pré-sal para os capitalistas internacionais, a reforma da previdência e trabalhista, a terceirização indiscriminada em todas as áreas e agora o sistemático ataque aos trabalhadores das

empresas estatais tais como os do Banco do Brasil, são exemplos das propostas dos golpistas para entregar o que restou do patrimônio do povo brasileiro, faz parte do plano de total submissão ao imperialismo.

A ideia de atacar os bancos públicos, em particular, o Banco do Brasil, visa aumentar a pressão pela privatização das empresas estatais. Estão de olho para abocanhar um patrimônio nacional de R\$ 1,51 trilhão de ativos do BB, empresa que obtém todos os anos um lucro extraordinário.

Somente a luta contra o golpe pode barrar os ataques dos banqueiros contras os trabalhadores bancários

O acordo bianual

A CONTRAF/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), federação responsável pelos trabalhadores bancários, em matéria no seu site do dia 08 de maio de 2017 avalia que o acordo bianual fechado com os banqueiros no ano passado é um avanço para a categoria.

Com o título da matéria “acordo de dois anos evita perdas salariais dos bancários” a Contraf/Cut passa a idéia que “certamente os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica serão os únicos funcionários públicos federais que terão aumento real neste ano”, e completa, “vemos este mesmo cenário nos bancos privados...”(site Contraf/Cut 08.05.17)

Na mesma matéria a Contraf cita o economista Fernando Antonio Soares, Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, que “anunciou que o Governo Federal tem a meta de demitir 20 mil funcionários públicos federais em 2017.”(idem)

É bom lembrar que a campanha salarial dos bancários de 2016 acabou trazendo para a categoria essa novidade que foi o famigerado acordo bianual.

A campanha salarial dos bancários daquele ano havia sido marcada como uma das mais longas dos últimos tempos e também uma das mais fortes. Foi uma greve unificada entre bancos públicos e privados que paralisou dezenas de milhares de agências em todo o país e dezenas de centros administrativos coincidindo, inclusive, com o processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff como parte do golpe de Estado.

Naquele momento o governo golpista de Michel Temer e um dos financiadores direto do golpe a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) insistiram na política de arrocho salarial oferecendo um reajuste miserável abaixo da inflação de 8% e mais um abono de R\$ 3.500,00, que não incorporou ao salário para nenhum fim, e acabaram induzindo a burocracia sindical, para ludibriar a categoria, aceitando um reajuste em 15% no vale alimentação e 10% no vale refeição para em troca fechar o famigerado acordo bianual, garantido para 2017 o INPC mais 1% de “ganho real”.

Vale resaltar que a inflação calculada no período de setembro 2015 à setembro de 2016 pelo Dieese reivindicado e referendado pelo Congresso da categoria era de 9,62%; com os 8% acordado somado a 1% para esse ano não atinge nem os 9,62% da inflação, ou seja, não haverá ganho real, os salários já ficaram arrojados em 2016 e continuará arrojada neste ano.

A insistência dos banqueiros e do governo golpista com o acordo bianual em 2016 era clara: que não haja campanha salarial em 2017 e impor, como está acontecendo, um violento retrocesso, não apenas através do arrocho salarial, mas também com demissões em massa; no Banco do Brasil já foram mais de 9.900 demissões, Caixa Econômica a proposta é de 10.000 sendo que 4.000 já foram demitidos, nos bancos privados dezenas de milhares de demissões, fechamento de centenas de agências, descomissionamentos, terceirizações, etc. Além das reformas trabalhistas e previdenciária, fim da CLT, que

atinge de cheio a categoria bancária.

Diante o achatamento salarial da categoria o 28º Congresso reivindica reajuste integral das perdas salariais mais aumento real de 20% (vinte por cento), incidindo sobre os salários a partir de 1º de setembro de 2017 à 31 de agosto de 2018.

Gatilho salarial em favor dos funcionários toda vez que a inflação atingir 5% (cinco por cento);

Piso salarial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustados automaticamente de acordo como os percentuais acima;

Incorporação nos salários dos trabalhadores de toda a inflação de planos econômicos anteriores;

Pagamento de adicionais de penosidade, periculosidade e insalubridade para os profissionais das áreas operacionais e administrativas, que estejam expostos e/ou submetidos a condições penosas, perigosas e insalubres, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário;

Correção da defasagem, incorporação e equiparação do adicional (diferencial) de mercado, pelo seu maior valor, a todos os empregados;

Correção da defasagem de todas as gratificações de funções aos trabalhadores;

Incorporação de todos os proventos, vantagens e benefícios no código salário dos trabalhadores quando faltar ao menos cinco anos para se aposentar.

Horas Extras

Fim das horas extras e imediata contratação de trabalhadores para dar conta da demanda existente.

O BB somente convocará os empregados para realizarem horas extras em caso de

real necessidade, com planejamento prévio, discutido com o sindicato e os representantes/delegados sindicais e por intermédio de reuniões específicas, sendo que o funcionário deverá ser comunicado com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas.

O valor de cada hora extra diurna será de 250% sobre o valor da hora normal e será paga todo o dia 20 de cada mês. A hora extra noturna será acrescida do adicional de hora extra (250%) mais o adicional noturno de 100% cumulativamente.

As horas extras integrarão, pela sua média, a remuneração de férias, 13º salário, repouso semanal, aviso prévio, e gratificação de férias

As horas extras e/ou frações de hora que o empregado foi oficialmente liberado não poderão ser compensadas com as horas extras trabalhadas em outros dias.

Lucro do Banco do Brasil x demissões

O Banco do Brasil obteve um lucro líquido no primeiro trimestre de 2017 de R\$ 2,515 bilhões, alta de 95,6% em relação ao primeiro trimestre de 2016. O valor do lucro do banco coincide com a política do governo golpista, à frente dos bancos públicos, de enxugamento do quadro funcional da empresa e fechamento de agências. No final do ano passado para cá já foram mais de 9.900 demissões de funcionários e o fechamento de 551 agências em comparação ao primeiro trimestre de 2016, além disso, com a reestruturação nas dependências e agências houve dezenas de milhares de descomissionamentos de trabalhadores. Como disse Paulo Cafferelli, presidente do BB, no final do ano passado, a reestruturação de agências e o plano de aposentadoria incentivada poderiam gerar uma economia de R\$ 3,798 bilhões anual, o primeiro trimestre de 2017 já deu reflexos desta política de ataques aos funcionários do BB.

A estratégia da direção do banco, que segue a cartilha do governo golpista, que tem a frente

da economia nacional dois representantes diretos dos banqueiros nacionais e internacionais, é a política de redução dos custos operacionais do banco para aumentar os seus lucros à custa do empobrecimento dos trabalhadores. Para a direita golpista o banco precisa aumentar a sua eficiência, nem que para isso seja necessário atacar o seu quadro funcional. No final de 2016 e antes das demissões em massa feita pelo banco, a sua direção já anunciava a necessidade da redução dos custos em R\$ 3 bilhões com a folha de pagamento fazendo a comparação com os mesmos gastos em relação aos bancos privados.

Os dados dos lucros dos bancos e em particular a do Banco do Brasil reflete o que está por trás do golpe de estado: cortar na carne dos trabalhadores para favorecer meia dúzia de banqueiros e capitalistas financiadores direto do golpe.

Bancários: a intervenção golpista nos sindicatos já começou

A justiça golpista sistematicamente intervém nos sindicatos aplicando pesadas multas em retaliação às greves com o único e exclusivo motivo liquidar com as organizações dos trabalhadores.

As medidas tomadas pela justiça golpista contra o Sindicato dos Bancários de Brasília no último período demonstra o caráter ditatorial da direita brasileira de ataques aos trabalhadores e suas organizações. Recentemente, na última campanha salarial dos bancários, o Banco do Brasil em Brasília obteve da justiça interdito proibitório condenando o sindicato a pagar por eventuais “abusos” dos grevistas o valor de R\$ 150 mil por evento, limitado a R\$ 5 milhões. Atualmente a entidade sindical dos bancários recorre de uma ação pelo mesmo motivo que chega a R\$ 1 milhão. O exemplo dos bancários de Brasília é apenas um dentre dezena de milhares de ações que correm no país contra as organizações dos trabalhadores.

Com o golpe de Estado todas as ações do Poder Judiciário são parte de uma ofensiva golpista, agindo em nome e de acordo com os interesses da direita pró-imperialista. Os métodos utilizados são os mesmos nos anos do famigerado governo de FHC (PSDB) contra os Sindicatos dos Petroleiros na histórica greve de 1995, que a mando do governo do PSDB e DEM (então PFL) ocupou as refinarias com tanques e metralhadores, foram submetidos a multas milionárias em julgamentos farsas decretando a greve abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para tentar liquidar com as entidades.

Recentemente a presidente do Sindicato dos Professores Paulistas (APEOESP), Isabel Noronha, publicou uma nota denunciando o fato de que a Polícia Federal estaria preparando uma intervenção nos sindicatos sob a cobertura absurda de “mau uso do dinheiro do imposto sindical”, essa ação, claro, só pode ser realizada com o devido mandado judicial.

O poder Judiciário brasileiro se constitui em uma peça fundamental no golpe de Estado para aprofundar a política de ataques aos trabalhadores e suas organizações e estão com carta branca para fazer isso e transformar o País em uma ditadura.

Unificar nossa campanha com outras categorias

No mesmo período da nossa campanha salarial estarão em campanha também várias categorias fundamentais, como é o caso dos petroleiros, metalúrgicos, trabalhadores dos Correios, categorias que estão sendo diretamente afetadas pela política do governo golpista de Michel Temer que tem à frente da sua equipe econômica dois representantes legítimos dos banqueiros nacionais e internacionais

Os bancários se preparam para mais uma campanha salarial em meio a um golpe de Estado em que os direitos mais elementares dos trabalhadores estão sob ameaças

constantes sendo alguns deles já foram atacado.

A direita golpista está em plena ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e de ataques às condições de vida de toda a população. A política econômica do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, representante direto dos banqueiros internacionais, e do presidente do Banco Central, Ilan Godfajn, economista-chefe e sócio do banco Itaú Unibanco, é implantar um profundo plano de austeridade que visa um violento ataque as condições de vida das massas e que afeta diretamente a categoria bancária. Fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), terceirizações, privatização das Estatais, aposentadoria aos 70 anos tanto para homens quanto para as mulheres, a prevalência do negociado sobre o legislado, arrocho salarial, desemprego, fima das 30 horas semanais, etc., ou seja, querem transformar os trabalhadores em escravos. Como disse uns dos representantes diretos do golpe, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, em que propôs ampliar a carga horária de trabalho para 80 horas semanais, ou mesmo a declaração do vice-presidente, e também golpistas, da Fiesp, Benjamin Steinbruch, quando sugeriu que o trabalhador não precisa de horário de almoço, que pode muito bem comer com a mão direita e trabalhar com a esquerda. Parece até bricadeira, mas não; isso realmente é o que eles pretendem fazer; é por isso a necessidade de ser dar o golpe. Com o agravamento da crise histórica do capitalismo, cuja etapa atual se reabriu plenamente após o colapso do subprime norte-americano em 2008, no qual o imperialismo e a direita que defende seus interesses, buscam impor uma ofensiva contra os interesses das massas trabalhadoras no Brasil e em todo o mundo.

Nesse sentido a arma dos trabalhadores bancários nesta campanha salarial é organizar a Greve Geral por tempo indeterminado, mobilizar para derrotar o governo golpista dos banqueiros e tubarões capitalistas inimigos do povo e ir às ruas contra o golpe.

A convocação da greve geral é necessária para intensificar a luta política e a campanha contra o golpe e a política antioperária da direita golpista junto aos explorados, nos seus locais de trabalho, moradia e estudo, principalmente, entre a sua vanguarda, a classe operária dos grandes centros, capaz de enfrentar e derrotar os poderosos monopólios e suas organizações golpistas como a imprensa golpista, a ditadura da Justiça, as organizações patronais golpistas (FIESP, FIRJAM FIEMG, CNI etc.), o corrupto e reacionário Congresso Nacional, etc. A unidade das categorias que estarão em campanha salarial neste semestre, Petroleiros, Metalúrgicos, Bancários e os Trabalhadores dos Correios, conjuntamente com as organizações de luta dos trabalhadores do campo e da cidade, da juventude e da esquerda anti-golpista, em torno da manutenção e aprofundamento de uma política de luta contra o golpe são neste momento uma arma decisiva para rearticular as forças e superar as inúmeras manobras feitas pela direita que busca legitimar o golpe de Estado.

Não ao golpe!

Não à privatização da CEF, BB e BRB e todas as estatais. Estatais sob o controle dos trabalhadores;

Abaixo o regime dos banqueiros. Estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;

Não às demissões. Redução da jornada de trabalho. Trabalhar menos, para que todos trabalhem;

Tirem as mãos do petróleo brasileiro. Nacionalização do petróleo e Petrobras 100% estatal;

Abaixo a Reforma da Previdência. Aposentadoria aos 30 anos de trabalho para homens e 25 para mulheres;

Abaixo a Reforma da CLT. Nenhum direito a menos para os trabalhadores. 20% de ganho

real e incorporação ao salário das perdas dos planos econômicos anteriores

Que os capitalistas paguem pela crise criada por eles mesmos

Cassi: o aumento da contribuição para os trabalhadores do Banco do Brasil

Sob o velho argumento de viabilizar soluções para sanar as “dificuldades” que passa a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), a diretoria do BB empossada pelo governo golpista de Michel Temer passou a conta do “prejuízo” para as costas dos trabalhadores.

Contando com a colaboração dos principais sindicatos do País e dos pseudo-representantes dos trabalhadores, (ANABB) Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, (AAFBB) Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil e (FAABB) Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil despejaram uma avalanche de informações, no mínimo distorcidas sobre a CASSI, que teve como finalidade impor mais um ônus aos trabalhadores.

Mal terminada a campanha salarial da categoria em que os banqueiros e o governo golpistas insistiram na política de ataques reajustando os salários dos bancários abaixo da inflação e congelando os salários em dois anos, resgatando a política de abono do famigerado governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, a direção do Banco do Brasil apresentou a proposta “capaz de assegurar a sustentabilidade e a manutenção dos serviços prestados pela CASSI”. (memorando de entendimentos do Banco do Brasil 21/10/16)

O que chama a atenção é que a mesma direção que faz uma propaganda gigantesca para “ajudar” a enfrentar as “dificuldades” que passa a Cassi adota a política do mais brutal ataque contra os trabalhadores através do arrocho salarial, fechamento de agências e dependências, descomissionamentos,

transferências compulsórias, demissões em massa. É claro que a direção do banco não tem nenhum interesse em beneficiar os trabalhadores.

Mais uma vez a fórmula para a salvação da CASSI foi onerar os trabalhadores como sistematicamente vem sendo feito com os supostos prejuízos da CASSI como nos casos das mudanças do estatuto da entidade em 1996 e 2007. A justificativa sempre é a mesma.

Na primeira reforma aumentara em 200% a contribuição dos associados passando de 1% para 3% enquanto o da empresa passou de 2% para 3%, ou seja, enquanto os funcionários passaram a ter um aumento de 200% na contribuição o banco teve de aumento 50%. Além da contribuição do banco de apenas 3% ficou estabelecido que o banco passasse a arcar com 1,5% a mais correspondente às despesas administrativas, no estatuto anterior era de total responsabilidade do banco, as despesas extras passaram a ser responsabilidade da CASSI. Como já denunciávamos naquela época nada demonstrava que a receita extra do banco cobriria as despesas, hoje as despesas administrativas da CASSI estão em 16,6% da receita total, ou seja, tirando 1,5% do banco a cassi arca com os 15% das despesas administrativas que hoje estão em mais de R\$ 300 milhões anual.

Em 2007 quando houve a última mudança, com a mesma ladainha de que a Caixa de Assistência passava por dificuldades, também apoiada pela burocracia sindical, as pelegas Contec e Anabb e depois de uma enorme manipulação, quando o corpo social rejeitou a mudança do estatuto por 3 vezes, o novo estatuto foi aprovado, dentre outras questões, a cobrança da “co-participação” que varia de 10% a 30% sobre eventos de diagnose e terapia não vinculados à internação hospitalar, e na parte do banco o acordado seria o investimento valor de R\$ 300 mi na Cassi em serviços próprios, recursos esses que o funcionalismo não sentiu nem o cheiro.

Mais uma vez a direção do banco com

a colaboração dos “representantes” dos trabalhadores chamou a categoria a pagar, mais uma vez, um rombo que não é de responsabilidade dos associados.

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil chega a ter uma receita de mais de R\$ 3 bilhões com mais de 1 milhão de participantes sendo um dos maiores investidores nas carteiras de crédito do BB. Os roubos, favorecimentos a hospitais, desvios de verbas e etc., principais causas da atual situação da Cassi, ficam como estão nada é feito, nada de apuração das denúncias feitas ao banco.

A Cassi é um patrimônio construído pelos trabalhadores e é a eles que cabem o seu gerenciamento e controle, hoje os seus administradores são escolhidos através de seleção interna, coordenada pelo banco que detém a prerrogativa de nomear o presidente da entidade.

Cabe aos trabalhadores do Banco do Brasil barrar os ataques do governo golpista e organizar a mobilização pelo controle do plano de saúde unicamente pelos dos trabalhadores.

Querem que os trabalhadores paguem pela falência dos fundos de pensão

Rombos ultrapassam a casa dos R\$ 46 bilhões apenas nos quatro principais fundos sustentados pelos trabalhadores das estatais e usados em benefício dos negócios e golpes dos tubarões capitalistas

Estimativas que vem sendo divulgadas com bastante alarde pela imprensa burguesa anunciam que o rombo acumulado dos quatro principais fundos de pensão de estatais – Previ (Banco do Brasil), Postalís (Correios), Petros (Petrobras) e Funcef (da Caixa Econômica Federal) – deve ter ultrapassado os R\$ 46 bilhões no ano passado.

Ao mesmo tempo divulga-se que os trabalhadores – da ativa e aposentados –

que por décadas contribuíram para estes fundos serão chamados a “contribuírem” compulsoriamente para cobrir o rombo, com contribuições extras ou reduções dos benefícios que recebem depois de longo tempo de poupança, para suplementarem suas aposentadorias.

Como não poderia deixar de ser – diante da ofensiva golpista em curso – há um enorme esforço por se atribuir aos governos do PT e seus dirigentes a exclusiva responsabilidade pela situação de rombo que representa o déficit atuarial desses planos, ou seja, o valor da fatura que os mesmo poderiam ser obrigados a pagar hoje caso fossem cobrados todos os benefícios atuais e futuros devidos pelos fundos.

O rombo

As estimativas divulgadas por entidades empresariais e Conselhos dos fundos mostram os seguintes dados.

Fundo	Estatal	Ativos Totais	Rombo Estimado
Previ	Banco do Brasil	R\$ 165 bilhões	R\$ 13 bilhões
Petros	Petrobras	R\$ 67 bilhões	R\$ 15,4 bilhões
Funcef	Caixa Econômica Federal	R\$ 57,7 bilhões	R\$ 12,5 bilhões
Postalís	ECT (Correios)	R\$ 8,4 bilhões	R\$ 5,4 bilhões

Em todo o sistema, o déficit até o terceiro trimestre de 2015 era de R\$ 60,9 bilhões, segundo dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Embora a imprensa, bem como a Justiça e a Polícia Federal procurem dar ênfase a denúncias de desvios e ao má gerenciamento dos fundos, de acordo com documento apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída para “investigar” a situação, pelo Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão, a causa principal dessa situação seria a “elevada participação dos fundos das empresas públicas em

investimentos de maior risco” (O Globo, 15/02/2016).

Desde a famigerada era FHC houve uma intensificação do uso dos recursos dos fundos em investimentos de sustentação dos negócios capitalistas em crise e das negociatas como no caso das privatizações de empresas estatais.

O índice de investimentos em projetos de risco chegou a 18,63%, no caso do Postalis; na Funcef, alcançou a marca de 10,84% e na Petros chegou a 6,14%.

Evidenciando que os recursos dos trabalhadores foram usados em áreas que os capitalistas não queriam atuar os fundos controlados pelos banqueiros como no caso da Fundação Itaú-Unibanco, aplicaram apenas 0,02% nesse tipo de investimentos.

A “solução” dos capitalistas: os trabalhadores devem pagar pelo rombo

Ao mesmo tempo em que a direita busca tirar proveito da situação na sua ofensiva política visando a derrubada do governo Dilma e ataques ao PT, que manteve a mesma política de rapina capitalista adotada pelos governos anteriores, se impõe uma unidade entre os grandes capitalistas e sua imprensa, os investigadores, os investigadores, a imensa burocracia dos fundos sustentada pelos recursos dos trabalhadores sobre quem deve pagar pelo rombo: os mais de 500 mil trabalhadores vinculados aos fundos de pensão.

Os fundos de pensão já representam em si mesmo um golpe contra os trabalhadores. Diante de um quadro de falência da previdência social pública (pelos seguidos roubos que os capitalistas e seus governos fazem dos recursos dos trabalhadores), a burguesia procura incentivar os trabalhadores a realizarem uma “poupança adicional” por meio dos fundos complementares. De fato, trata-se de pagar duas vezes para que se possa ter um mesmo benefício. Agora, diante

da roubalheira (própria de todos os negócios capitalistas) e da situação falimentar a que os fundos foram levados para servir aos interesses de especuladores e grandes capitalistas, querem impor uma sobre-taxação, um terceiro aporte dos trabalhadores.

No Postalis, por exemplo, os trabalhadores da ativa e aposentados já estão sendo penalizados com descontos adicionais de até 12% dos seus vencimentos. Gestores do Fundo, afirmam que o déficit só será coberto em 2037. Nos demais, estão em estudo propostas semelhantes para expropriar os trabalhadores. Os grandes capitalistas e seus aliados na administração dos fundos fizeram a farra com os recursos expropriados dos trabalhadores e, agora, querem entregar a nova conta para que os trabalhadores paguem em dobro.

Esta política é imposta com amplo apoio da esmagadora maioria das direções sindicais burocráticas, integrada por muitos elementos que – em troca de pequenos privilégios – deram aval à política de rapina dos capitalistas nos Conselhos de Administração e Fiscal dos fundos, no qual desempenham (e ainda desempenham) papel decorativo, uma vez que as decisões reais sempre estiveram concentradas nas mãos dos representantes da direção que serviram aos interesses das máfias capitalistas que administram – de fato – esses fundos.

Os fundos de pensão das estatais são patrimônio construídos pelos trabalhadores e só a eles cabe o seu gerenciamento, por isso devemos lutar por uma Previ controlada única e exclusivamente pelos trabalhadores.

A saída dos trabalhadores

Os trabalhadores e suas organizações precisam denunciar o golpe do “triplo” pagamento pelo direito constitucional à previdência e lutar contra qualquer medida que signifique mais descontos para os trabalhadores.

Contra a administração mafiosa dos fundos

por “técnicos” e dirigentes que respondem aos interesses dos capitalistas é preciso lutar por colocar os fundos sob o controle exclusivo dos trabalhadores e para exigir que sejam as empresas e “corretores” que roubaram os recursos dos contribuintes dos fundos as que paguem pelo prejuízo causado e não os trabalhadores, por meio da expropriação dos seus bens em favor dos fundos colocados sob o controle dos trabalhadores.

Para o conjunto dos trabalhadores, a lição de que a “saída” diante da falência dos serviços públicos provocadas (previdências, saúde, educação etc.) pelos capitalistas e seus governos não pode ser buscada nas “alternativas” impostas pelos capitalistas, nas soluções individuais e particulares (como os planos de saúde e previdência privados), mas na luta pela estatização integral desses serviços sobre o controle dos trabalhadores.

Sobre a luta da mulheres

As mulheres compõem cerca de 50% da população nacional e da classe trabalhadora nacional. Daí que a unidade entre homens e mulheres seja indispensável para criar um movimento de luta e revolucionário realmente forte.

Essa unidade não pode ser conseguida, porém, sem que o movimento dos trabalhadores levante um programa em defesa das reivindicações democráticas e econômicas próprias das mulheres, tais como o direito integral de divórcio, o direito de aborto, isonomia salarial, condições de trabalho adequadas às mulheres, licença maternidade, direito a creche pública e gratuita no bairro ou local de trabalho, condições para amamentação e atendimento médico apropriado.

É preciso deixar claro de imediato que somente um governo dos próprios trabalhadores atenderá integral e efetivamente estas reivindicações.

O 28º delibera, portanto, o seguinte:

a) Criar imediatamente uma comissão de Mobilização das mulheres, com reuniões regulares, para discussão dos problemas das mulheres e organização das reivindicações;

b) Estabelecer a publicação regular de um jornal dirigido às mulheres da categoria em nível nacional.

c) Fazer um levantamento das condições de trabalho;

d) Convocar a conferência nacional das mulheres.

Sobre a questão do negro

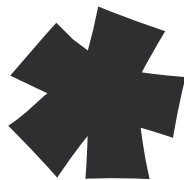
Hoje, mais de um século após a abolição da escravidão, o povo negro brasileiro continua formando uma camada de cidadãos de segunda categoria, apesar de ser maioria da população.

O 28º Congresso delibera criar imediatamente uma Comissão de Mobilização da questão negra para discutir e mobilizar em torno dos problemas do povo negro, em particular da reivindicação de ensino público e gratuito em todos os níveis e livre ingresso na universidade, bem como o lançamento de um jornal regular sobre a questão para a categoria em nível nacional.

ASSINAM A TESE - BANCÁRIOS DA CORRENTE SINDICAL NACIONAL CAUSA OPERÁRIA - BANCÁRIOS EM LUTA

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos

Tese da CSD
CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

Apresentação

1. Quem Somos

1. A corrente sindical CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA - CSD - nasceu em 2002 para contribuir com o esforço coletivo de tornar o sindicalismo cutista uma ferramenta mais eficaz na luta de classes. A aposta numa corrente sindical só se justifica quando ela combina concepção sindical com concepção política; quando tem capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva; quando sua identidade se expressa em uma prática e em posições políticas comuns; quando as diferenças internas não levam a um imobilismo.

2. Nossa participação na CUT, durante a fase de ascensão das lutas, deu-se através da CUT pela Base (1986-1992), como expressão de uma aposta na radicalização da democracia no sindicalismo cutista e no protagonismo da Central na disputa política e ideológica na sociedade.

3. Durante a fase defensiva dos anos 90, a tarefa prioritária foi organizar a resistência às pressões de adaptação à ordem que a Central sofria. Foi nesse contexto que construímos, junto com outras correntes políticas, a experiência da corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS).

4. Enquanto a CUT pela Base se inseriu num período de ascensão da luta sindical, de polarização política e ideológica na sociedade brasileira, a ASS foi uma resposta defensiva num período de descenso, um projeto de resistência à ofensiva neoliberal.

5. Por compreendermos que a luta econômica não encerra a luta política de classe, defendemos o engajamento da militância sindical na organização partidária e no fortalecimento da sua ação. A consciência política é adquirida na luta política realizada pelo partido, pois é nesta arena de combate que tratamos os temas que dizem respeito a toda a sociedade ou à maioria dela. A CSD,

orientada por este princípio, referencia-se no Partido dos Trabalhadores como a organização partidária que reúne a vanguarda sindical e popular de esquerda no Brasil.

6. Em Fevereiro de 2016, realizamos a V Conferência Nacional da CSD, em São Paulo. Naquele momento, passado o 12º CONCUR - Congresso Nacional da CUT, e num ambiente de flagrante ataque à democracia brasileira e de ofensiva conservadora, apontamos as prioridades estratégicas para nossa ação e da CUT.

7. De um lado a luta democrática, contra o iminente golpe midiático-parlamentar, partindo da unificação da ação da esquerda junto às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. De outro a luta política, para que o governo eleito reassumisse o compromisso com o programa eleitoral que lhe levou à vitória em 2014 e para frear a agenda conservadora que avançava no Congresso.

8. Apesar da histórica resistência democrática e popular, presenciamos um golpe e o afastamento de uma presidenta eleita pelo voto popular, sem que qualquer crime fosse comprovado. O governo ilegítimo que emerge, sustentando por uma grande unidade dos diversos setores da direita nacional, sem compromisso popular, explicita seu programa de liquidação do Estado, privatização do patrimônio público, ampliação do espaço da iniciativa privada nos serviços públicos e subordinação do país aos interesses do capitalismo internacional.

9. Esses acontecimentos alteram estruturalmente o posicionamento e as tarefas da esquerda, do movimento sindical e da CUT na conjuntura e exigem uma reflexão e um planejamento coletivo que orientem a militância para um novo período político, cujo caráter está em disputa.

10. Em agosto deste ano ocorrerá o Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT. Desde já, reafirmamos a democracia como questão central que deverá presidir os debates, numa

perspectiva de ampliação da resistência popular aos retrocessos impostos pela atual conjuntura. Que somente será possível através da atualização e renovação das nossas estratégias de comunicação e mobilização e da construção de um programa capaz de preservar conquistas ao mesmo tempo em que aponte novos caminhos para o conjunto da classe trabalhadora.

11. Na certeza desses novos caminhos, a CUT Socialista e Democrática é uma corrente que historicamente constrói o feminismo no movimento sindical e se reivindica feminista nas suas teses e elaborações teóricas. A CSD acredita que é preciso construir alternativas para a superação das desigualdades históricas sofridas pelas mulheres, em especial pelas mulheres negras.

12. As dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e devem estar combinados na luta que travamos. É essencial lutar pela institucionalização da igualdade de fato entre a população negra e da garantia do exercício pleno da cidadania, produzindo novas relações sociais.

13. Igualdade de oportunidades também em relação ao gênero, por meio de ações políticas direcionadas que tornem possível a superação das diferenças sociais, econômicas e culturais entre homens e mulheres, contra o patriarcado, contra as desigualdades, contra a mercantilização e contra o autoritarismo do capital.

14. Por um sistema igualitário, prezamos pela paridade das mulheres e também pela ocupação de negras e negros nos espaços que lhe são devidos na sociedade. Procurando assim, atingir igualdade de oportunidades e representatividade desses grupos nos espaços públicos e também de poder e decisão.

15. Por fim, destacamos três compromissos que nos orientam: o da construção da CUT, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; o socialismo como projeto histórico e elemento que deve

orientar estrategicamente a ação política da Central e a democracia, como elemento central da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

2. Contexto mundial

Crisedoneoliberalismo: riscoseoportunidades de superação

16. Os primeiros indicadores – econômicos e sociais - que chegam ao público em 2017 mostram que ainda nos encontramos sob os efeitos da crise iniciada no fim da década passada. As notícias, em sua maioria, não nada animadoras: freada da economia chinesa, as incertezas provocadas pela eleição/gestão econômica do presidente Donald Trump, o Brexit e a expansão do fenômeno dos juros negativos em países ricos sugerem um longo caminho para a recuperação.

17. Está claro que a crise econômico-financeira que se iniciou nos Estados Unidos com a quebra do Banco de Investimentos Lehman Brothers em setembro de 2008 está viva e dá sinais inequívocos de que continuará provocando estragos. Considerada a mais grave crise econômica mundial desde 1929, os prognósticos de que seus efeitos se fariam sentir por muito tempo parecem se confirmar. Ainda mais quando os países, com raras exceções – respondem com ajustes, ortodoxia e arrocho.

18. Essa crise trouxe como consequência a desaceleração e a recessão econômica na maioria dos países, com impactos negativos sobre o Brasil e boa parte da América Latina. As previsões, divulgadas ao final do ano passado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - reviram para baixo as projeções de crescimento mundial em 2017, com um volume total do que será comercializado provavelmente o menor em décadas.

19. Um dos principais elementos da conjuntura internacional é a recente eleição e os primeiros meses do governo Trump (EUA).

Sua gestão, marcada pela imprevisibilidade e insegurança quanto às políticas econômica e internacional, certamente irá influenciar o comportamento do mercado global e seguirá interferindo nas taxas de crescimento dos demais países. De forma concreta, a possibilidade dos EUA e a China liderarem uma perigosa guerra comercial/financeira/cambial, de imprevisíveis consequências.

20. Do ponto de vista político, contaminado pela crise da economia global, a eleição de Donald Trump sinaliza um profundo estremecimento da hegemonia neoliberal e um crescimento do conservadorismo, também representados pelo resultado da votação no Brexit, pela rejeição às reformas do então Primeiro Ministro italiano Matteo Renzi e o apoio à direita francesa Marine Le Pen.

21. Estes são sinais incontestes de que o programa neoliberal já não tem a mesma força político/ideológica como nos anos 1980 na Europa ou na América Latina, na década seguinte. O que vemos agora é uma disputa que envolve as forças conservadoras, com ênfase no xenofobismo, na perseguição aos imigrantes e muçulmanos, no racismo, no machismo e na violência policial como resposta ao crescimento da violência e a insegurança.

22. A Europa atravessa sua pior crise desde o final da segunda grande guerra. Os conflitos violentos nas fronteiras somados ao acirramento da questão migratória e dos refugiados exacerbam ainda mais as graves consequências da equivocada política econômica ortodoxa imposta pela Alemanha e pela Comissão Europeia. O resultado não poderia ser diferente: conflito social e reações xenofobas nos países desenvolvidos, ante o efeito provocado pelas diferentes guerras produzidas na Síria, Iraque, Afeganistão entre outros, como parte da chamada "Guerra ao Terrorismo" e da intervenção das coalizões do Ocidente nestes territórios.

23. A organização Internacional do Trabalho (OIT), em novo relatório, alerta em suas previsões de que o desemprego vai continuar a aumentar e o crescimento econômico global não deverá ultrapassar os 3%, havendo um incremento significativo na quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade ou em situação de pobreza.

24. No que se referem à região da América Latina e do Caribe, os indicadores econômicos apontam no mesmo sentido. Segundo os últimos números divulgados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a crise que se iniciou no coração do capitalismo provocou sérias mudanças das condições econômicas externas dos países da região, com a fuga de divisas em direção aos países desenvolvidos, extinção do crédito externo, redução das exportações e da entrada de investimentos estrangeiros.

25. Esse cenário impõe desafios ainda maiores para impulsionar um autêntico desenvolvimento, exercido de tal forma a responder equitativamente as necessidades ambientais das gerações presentes e futuras, com justiça social e aumentos da participação do salário na renda nacional. A crise política, social, ecológica e econômica reverte o sentido de diminuição das desigualdades da região, situação agravada fortemente pelas políticas de ajuste estrutural praticada em vários países (Argentina, Brasil etc.).

26. Uma das falsas saídas para a crise econômica passa pela adoção dos tratados comerciais de novo tipo, que pretendem redefinir a geoeconomia mundial de acordo com os interesses das empresas transnacionais. O Tratado Internacional de Serviços (TISA), a Associação Transatlântica para o Comércio e o Investimento (ATCI ou TTIP) e o Acordo União Europeia - MERCOSUL, caso implementados, significarão uma maior precarização do trabalho e o avanço dos interesses corporativos sobre as soberanias nacionais e dos povos. A classe trabalhadora

e o conjunto dos movimentos sociais - que já lutaram contra a ALCA - sabem que a integração econômica pelo modelo neoliberal não é a solução.

27. Este cenário preocupante é agravado pela crise democrática que passa a região. As dificuldades econômicas, os escândalos de corrupção e a insatisfação com os serviços públicos estão fazendo estragos na opinião que os latino-americanos têm da democracia. De acordo com o Latinobarómetro, 23% dos latino-americanos são "indiferentes" se há um regime democrático ou não. Os números são puxados para baixo justamente pelo Brasil: o apoio a esta forma de poder diminuiu 22 pontos percentuais no país, passando de 54% em 2015 para 32% neste ano. Objetivamente esta crise se materializou na última década no golpe jurídico parlamentar em dois países da região (Paraguai e Brasil) precedidos pelo golpe em Honduras (2009) e tentativas na Venezuela de Hugo Chávez e no Equador de Rafael Correa.

28. O ambiente de refluxo econômico e crise democrática indica que a continuidade das políticas de inclusão social exige reformas econômicas e sociais mais profundas e estruturais. A consequência óbvia desse cenário é um impasse entre avanço progressista e retrocesso neoliberal, com clara vantagem até aqui para a ofensiva conservadora, que já mostra amargos resultados na região como o aumento da pobreza - que já atinge 29,2% da população segundo a CEPAL, e ampliação da precariedade no mundo do trabalho.

29. O movimento sindical continua apostando na combatida dinâmica de integração que ainda temos. A CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) podem ainda ser uma resposta para as consequências da crise. As lutas nacionais contra a direita, contra os golpistas, as lutas democráticas e lutas sociais por reivindicações econômicas,

deverão se combinar necessariamente com a reivindicação da soberania nacional e do projeto de integração regional com uma inserção soberana, ativa e ativa no Hemisfério e no Mundo.

30. Contraditoriamente, o ciclo de governos progressistas na América Latina que produziu avanços políticos e sociais - desiguais e distintos conforme as realidades locais - acabou por enfraquecer a unidade política que organizou a derrota do neoliberalismo na região. Agora, vivemos uma ofensiva conservadora a democracia, a soberania, a economia e os direitos sociais em nossa região e no mundo.

31. Por isso é urgente reconstruir a unidade e a capacidade de ação coordenada no Continente. O movimento sindical cutista, por sua história e presença no plano internacional tem um papel chave nesse processo. Por isso a construção da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo é tão importante.

32. A Jornada busca justamente recuperar o marco de organização da esquerda na região que foi a luta contra a ALCA e reunir trabalhadores e trabalhadoras, camponeses, mulheres, estudantes, imigrantes e militantes sociais, a partir de suas organizações e de sua disposição para luta. Após uma agenda intensa no ano passado, o plano de lutas para 2017 busca fortalecer a Jornada como um espaço político aberto à ampliação e de construção da ação unitária de enfrentamento ao conservadorismo e as políticas neoliberais em nosso continente.

3. Contexto nacional

Brasil: defender conquistas, combater retrocessos e resgatar a democracia

33. A realidade política, econômica e social presente e o sentido de futuro que o governo Temer busca imprimir a cada iniciativa contrastam com as conquistas sociais iniciadas em 2003 com os governos petistas.

O Brasil estava se transformando em um país com maior igualdade e direitos, resultado de uma trajetória de desenvolvimento com transformação social.

34. Avanços econômicos e sociais impulsionaram o mercado de trabalho, com ampliação substantiva dos níveis de emprego e renda e recuperação dos principais indicadores econômicos e sociais. Nesse contexto, os trabalhadores e trabalhadoras ampliaram suas pautas de reivindicações, incorporando novos temas, especialmente aqueles ligados a igualdade de oportunidades e a incorporação de direitos, como a extensão da licença maternidade e a punição às práticas de assédio moral e sexual no trabalho.

35. A formalização do trabalho e a elevação média dos rendimentos foram aspectos marcantes durante o período entre 2003 e 2014, associados à elevação na geração de empregos – cerca de 12 milhões – e a formalização dos postos de trabalho, sendo importante destacar a significativa participação das mulheres neste aspecto, correspondendo a 46% desses empregos formais.

36. A presença ativa do Estado na economia estimulando a consolidação de um mercado de consumo interno forte, através da transferência de renda para combate a pobreza, do financiamento da atividade econômica com juros mais próximos da realidade internacional, do investimento direto em infraestrutura e da atualização de marcos regulatórios de setores estruturantes da economia resultou num contínuo crescimento da participação dos salários na renda nacional, despertando a reação contrariada de setores historicamente privilegiados, especialmente ligados ao rentismo e ao capital especulativo.

37. A reação inicial desses setores, ainda durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma, foi a redução proposital do investimento privado, ainda mais ancorado pela equivocada política de subsídios – que

lhes permitiam a manutenção confortável das suas taxas de lucro.

38. Em que pese esse acirramento da disputa com os setores contrariados por um programa de desenvolvimento nacional soberano, a Presidenta Dilma alcança democraticamente a sua reeleição em 2014. Contudo, as primeiras medidas anunciadas em seu segundo mandato provocam uma reversão das expectativas geradas ao longo do debate eleitoral, muito próximas do programa econômico defendido por seu adversário.

39. Alta das taxas de juros, restrições em importantes políticas sociais (pensões, seguro-desemprego, Pronatec, FIES), aumento generalizado de preços administrados pelo governo impactando fortemente os índices de inflação, corte no orçamento público e no financiamento da atividade econômica pelo BNDES.

40. As medidas contraditórias ao programa defendido durante a campanha levam a deterioração da economia, encolhimento do PIB, perda do apoio popular e como consequência, abrem as portas ao golpismo.

41. A unificação da oposição dirigida pelo PSDB com o PMDB, que passa a vislumbrar a real possibilidade de tomar de assalto o poder, foi o alicerce parlamentar do golpe. O ativismo político da mídia, num novo padrão de enfrentamento, somado à ação coordenada e patrocinada de movimentos de direita são o caldeirão da confusão à que a opinião pública foi submetida. A motivação já não era relevante, qualquer pretexto ou neologismo que justificasse a ruptura democrática era suficiente. O ponto de unidade é a interrupção do governo eleito por meio de um golpe e a retomada plena do programa neoliberal.

42. Enquanto desmonta as políticas sociais e busca reduzir os rendimentos do trabalho, o governo Temer avança na entrega de setores estratégicos da economia nacional, retirando a exclusividade da Petrobras sobre

a exploração do Pré-Sal, atraindo capital estrangeiro para concessões de infraestrutura e projetando a venda de terras a estrangeiros. Ao mesmo tempo, frente ao desmonte de setores estratégicos da economia nacional e a retração na indústria, ganham ainda maior influência os setores ligados ao agronegócio para exportação. O projeto de desenvolvimento com inclusão social é substituído pela estratégia de liquidação de direitos, a exemplo das propostas de reforma da previdência e trabalhista, em favor dos interesses e exigências do capital.

Reforma da Previdência: o fim da aposentadoria

43. A proposta enviada pelo executivo para a Câmara Federal de reforma da previdência significa um grande ataque aos direitos da classe trabalhadora. De todas as mudanças que a previdência já passou desde 1988, tanto para servidores públicos, quanto para os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos e rurais, sem dúvida essa é a mais perversa, principalmente para com as mulheres e os trabalhadores rurais que, por suas especificidades, tinham conquistado o direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição e idade diferenciadas.

44. Segundo a proposta, serão necessários 49 anos de trabalho com registro para assegurar a aposentadoria integral que, para os padrões brasileiros, é praticamente impossível, porque significa ingressar no mercado de trabalho aos 16 anos e seguir sem interrupções até os 65 anos de idade, o que não condiz com a realidade brasileira, em que o desemprego e a informalidade acompanham a trajetória laboral da classe trabalhadora.

45. Outro aspecto do projeto é a desvinculação do salário mínimo dos benefícios, o que na prática significa a correção dos benefícios da previdência abaixo da correção do salário mínimo, com impacto principalmente na população rural e para os trabalhadores que recebem em média um salário mínimo em suas aposentadorias.

Reforma Trabalhista: flexibilizar para explorar mais

45. A reforma da Legislação Trabalhista, embora faça parte da agenda permanente do empresariado brasileiro, adquire maior relevância em razão da complexidade do contexto político e econômico, anunciadas como única alternativa para a retomada do crescimento do PIB. Sob esse pretexto, o governo busca reduzir as conquistas da classe trabalhadora expressas na CLT e consolidadas na Constituição de 1988.

46. Ao contrário do que afirmam os defensores da reforma, a imposição do negociado sobre o legislado não fortalecerá as negociações coletivas, na medida em que o objetivo que se pretende é a redução dos patamares civilizatórios expressos na Lei, combinado com o enfraquecimento da representação sindical e a capacidade de enfrentamento das categorias melhor organizadas. A propaganda do Governo tenta passar a ideia de que a “modernização” das leis trabalhistas será um ganho para os trabalhadores, mas o que se mostra com a flexibilização é que os trabalhadores ficarão muito mais vulneráveis e com menor capacidade de enfrentamento.

47. Dessa forma, a flexibilização das leis trabalhistas se mostra em certa medida mais prejudicial do que a própria reforma da previdência, pois com ela traz vários elementos que torna quase impossível alguém conseguir chegar ao fim da vida com direito ao benefício da aposentadoria. Pois com a precarização do trabalho, muito mais trabalhadoras e trabalhadores ficarão doentes, o que levará ao aumento dos afastamentos, o que diminuirá o tempo de contribuição, além da possibilidade da expectativa de vida, levando muitos a nem chegarem à idade em que poderiam se aposentar.

Negociado sobre o legislado: transformar direitos em contrapartidas

48. No Congresso se encontram três projetos que tratam do negociado sobre o legislado e

da reforma trabalhista: dois projetos de Lei, o PL 4193/12 e o PL 28 4962/16, ambos tratando do negociado sobre o legislado. O negociado sobre o legislado tem sua origem no segundo mandato do governo FHC (1998-2002), período em que várias medidas provisórias e projetos de lei propunham a flexibilização dos direitos dos trabalhadores com a justificativa de serem medidas essenciais para a geração de emprego.

49. As conquistas sindicais contribuíram para elevar os padrões salariais e os benefícios de setores mais estruturados da classe trabalhadora. Nesse cenário, os resultados das Convenções Coletivas se estendem para o conjunto dos trabalhadores independentemente da posição que ocupam ou da função que exercem no local de trabalho. Para o capital, esse padrão se torna insustentável e, na ânsia de manter as margens de lucro e ampliar a exploração do trabalho, em nome de discurso “modernizador”, a via adotada é a da flexibilização dos direitos da classe trabalhadora.

50. Diferentemente do propalado pelos setores empresariais, não há nenhuma possibilidade de que as Negociações Coletivas se fortaleçam com a aprovação do “negociado sobre o legislado”. No Brasil, ampla legislação regula as relações de trabalho, protegendo os trabalhadores com a garantia de direitos mínimos. Os Acordos ou as Convenções Coletivas historicamente têm como objetivo elevar os patamares civilizatórios mínimos expressos na lei, ampliando a proteção social, fortalecendo o instituto da negociação, a representação sindical e os próprios trabalhadores.

51. A possibilidade de renúncia a direitos pela via da flexibilização que a supremacia do negociado sobre o legislado pode significar, ao contrário do propalado pelos defensores da ideia, fragmenta a organização dos trabalhadores e a própria luta sindical. Nesse sentido, como prever resultados positivos em Acordos por empresa em um contexto em que as práticas antissindicais, perseguição

a dirigentes sindicais e desrespeito à organização sindical são uma realidade no Brasil?

52. O projeto de reforma trabalhista serve a claros propósitos: reduzir os trabalhadores a um contingente de baixa remuneração, disponíveis ao capital com jornadas flexíveis, remuneração instável e com direitos atingidos, romper os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento de classe, pulverizar a ação sindical com uma multiplicidade de instrumentos normativos que, no limite, poderão ser ajustados por empresa. Portanto, trata-se da agenda precarizante que, de FHC para Temer, mudou apenas o alçó, mas o alvo é exatamente o mesmo: atacar os direitos dos trabalhadores para manter os interesses do capital.

Terceirização e a precarização do trabalho

53. São as motivações econômicas, através da busca por maior competitividade e redução de custos, que estão no centro das iniciativas de terceirização. Nos anos 90 foi disfarçado pelo discurso neoliberal de que a prática estimularia a geração de postos de trabalho, o que não se confirmou, pois ao final da década o desemprego havia evoluído 70%.

54. O projeto de Lei da Terceirização aprovada no dia 22 de março de 2017 coloca em risco os empregos públicos, visto que possibilita a contratação de terceirizados para as mais diversas áreas, inclusive para a atividade fim. É a melhor expressão do perverso entendimento sobre modernidade e competitividade, ao permitir que todas as atividades da empresa sejam terceirizadas, chegando-se ao limite das empresas se tornarem apenas um CNPJ sem um único trabalhador ou trabalhadora contratado diretamente pela empresa.

55. A sua aprovação representa um futuro para o trabalho desprovido de direitos, salários dignos e uma enorme insegurança uma vez que a prestadora de serviços pode designar a sua vontade onde o/a trabalhador/a cumprirá sua jornada diária, que poderá ser

uma fábrica, amanhã um supermercado, porque são infinitas as possibilidades e isso tudo independentemente se está ocupado/a em serviços de limpeza, caixa, produção, manutenção ou escritório.

56. Até então a terceirização era regulada através da Súmula 331 de 1994, que proibia a terceirização em atividade fim, mas permitia naquelas atividades previstas em lei como asseio, limpeza e vigilância e as atividades consideradas meio ou não essenciais para a empresa. Quando se identificava a presença de prestação de serviços em atividades fins, nesses casos, as empresas que praticavam a terceirização de forma ilegal eram condenadas a pagar multas consideráveis e obrigadas a reconhecer os vínculos empregatícios com a tomadora. Há milhares de processos na justiça do trabalho nesse sentido.

57. A terceirização visa à intermediação entre o capital e o trabalho e se mostra como um meio para descumprimento das leis e precarização dos serviços, afinal os trabalhadores são submetidos às cargas horárias muito mais exaustivas, sem garantias relacionadas à segurança, saúde e outros benefícios e ainda estão sujeitos a remunerações menores.

58. Esse é um dos lados mais perversos da terceirização: dispor do/a trabalhador/a como uma mercadoria que poderá servir a distintas finalidades e cumprir várias atividades de forma simultânea sem o treinamento ou a qualificação indispensável para a realização das tarefas.

59. Com a terceirização, se perdem todos os valores de solidariedade e o espírito de cooperação que emerge do próprio ambiente de trabalho e subordina a todos e todas, a uma mesma lógica de exploração. A identidade com o trabalho desaparece para dar lugar a tarefas individualizadas, fragmentadas, inseguras e precárias.

60. A terceirização faz parte da racionalidade econômica e as empresas só a adotarão se essa modalidade de contratação representar

redução de custos. Além disso, também se identifica outra motivação pouco discutida, que são as áreas em que as possibilidades de adoecimento sejam maiores, principalmente em linhas de produção com processos repetitivos. Nessas áreas é muito comum as empresas terceirizarem toda a sua linha de produção para evitar passivos trabalhistas futuros e são, principalmente, as mulheres que trabalham nessas áreas.

61. As empresas, para reduzir seus custos, poderão transferir parte ou todo o processo produtivo que poderá ser realizado dentro ou fora das dependências da empresa. Imediatamente todas as ocupações que não necessitam de qualificação ou se configuram como trabalho não especializado serão terceirizadas, especialmente nas categorias profissionais em que as convenções coletivas proporcionaram avanços salariais e benefícios significativos, como vale alimentação e refeição, auxílio creche, ampliação da licença maternidade, entre outras.

62. A aplicação destes instrumentos se restringirá aos trabalhadores e às trabalhadoras cuja atividade é definida pela empresa como essencial para o seu negócio, transferindo o restante para uma prestadora de serviços cuja atividade econômica não corresponderá necessariamente à mesma da tomadora de serviços.

63. Nesse movimento serão os jovens e as mulheres os primeiros a terem seus postos de trabalho eliminados ou precarizados, as mulheres por estarem nas ocupações mais facilmente transferíveis e os jovens porque seu ingresso no mercado de trabalho se dará através de uma terceirizada.

64. Em um primeiro momento serão mais afetados os trabalhadores e as trabalhadoras que estão ocupados/as em categorias profissionais que por força da convenção ou de acordos coletivos conquistaram mais direitos e benefícios, condição em que se encontra a maior parte das mulheres.

4. Um Banco Público do Brasil para o Brasil

BB: Defender os Bancos Públicos é Estratégico para a Sociedade

65. Desde as primeiras medidas anunciadas, o governo Temer deixava muito claro quais os interesses, a partir daquele momento, seriam prioritários na sua gestão, além da desconstrução dos programas sociais e das políticas públicas de resgate da dignidade e cidadania implementadas pelos governos Lula e Dilma: com a cumplicidade da grande mídia, por em prática o maior programa de desmonte do estado brasileiro desde o nefasto período Collor/FHC, a começar pelo enfraquecimento da atuação dos bancos públicos frente aos interesses do setor financeiro privado.

66. Na contramão do que ocorre na maioria dos países, onde a crise econômica faz com que o nacionalismo e o Estado se fortaleçam como reação à globalização, o governo se esforça no sentido de inviabilizar a possibilidade de o país retomar o processo de desenvolvimento com soberania, responsável no último período pela inclusão econômica e social de milhões de brasileiros.

67. Com apoio de um Congresso eleito a partir do financiamento dos grandes bancos e empresas privadas, o governo Temer/PMDB/PSDB promove uma brutal desestruturação nas relações de trabalho, aprovando sem o mínimo debate com a sociedade a terceirização ilimitada. Na mesma lógica, para atender aos interesses do empresariado, busca aprovar o desmonte da legislação trabalhista e previdenciária.

68. Ignorando irresponsavelmente a importância estratégica dos investimentos em setores fundamentais para a economia do país, como energia e infraestrutura, adota medidas cujo único objetivo é o de enfraquecer a atuação dos principais bancos públicos brasileiros: BNDES, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

69. Não existem grandes nações sem

que possam contar com um forte setor financeiro público como instrumento de desenvolvimento e geração de emprego e renda. Nos últimos anos, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram cruciais para manter o país crescendo, investindo na “bancarização” da população e na expansão do crédito. O volume de crédito em circulação, que caiu de 36% para 23,8% do PIB nos governos de FHC, mais do que duplicou, até atingir 54,2% em dezembro de 2015.

70. Mesmo com as medidas anticíclicas adotadas após a crise do subprime americano em 2008, quando o sistema financeiro privado se retraiu e coube aos bancos públicos à tarefa de manter o crédito e reduzir as taxas de juros, o lucro acumulado do BNDES ultrapassou os 40 bilhões de reais desde 2010. O Banco do Brasil alcançou, em 2015, um lucro líquido de mais de R\$ 14 bilhões e mais de R\$ 8 bilhões em 2016. Os seus ativos, que eram de quase R\$ 1 trilhão em 2011, chegam a quase R\$ 1,5 trilhão este ano. A Caixa Econômica Federal lucrou R\$ 4 bilhões em 2016.

70. Recente relatório divulgado pelo Banco do Brasil indica que a instituição eliminou 9.900 postos de trabalho em um ano, até o primeiro trimestre de 2017, e fechou 551 agências. O corte no número de funcionários supera 13 mil, se incluídos os estagiários. O lucro líquido nos três primeiros meses do ano atingiu R\$ 2,443 bilhões, crescimento de 3,6% em relação a igual período de 2016.

71. O total de agências agora é de 4.877, em comparação às 5.428 unidades existentes no início de 2016. O fechamento se concentrou em 2017, já que até o final do ano passado havia 5.440, número até maior que nos primeiros meses. Em novembro do ano passado, a direção do BB anunciou um plano de reestruturação que incluía o fechamento de agências e plano de incentivo à aposentadoria, que teve 9.409 adesões.

BB: Gestão de pessoas, digitalização, oportunidades e terceirização.

72. O atual plano de funções implementado de forma unilateral pela a gestão de pessoas do banco há quatro anos frustrou a expectativa de resolução do problema da jornada de trabalho ilegal de oito nas mais diversas funções. Além da sobrecarga imposta àqueles que optaram pela jornada menor, pois as tarefas permaneceram as mesmas, o quadro funcional não foi redimensionado para se adaptar a nova realidade. Outra grave questão diz respeito ao bloqueio de vagas, gerando prejuízos do ponto de vista da ascensão profissional, somadas às intermináveis reestruturações realizadas pelo banco.

73. Reconhecendo o descumprimento da legislação, o banco propôs negociar o passivo trabalhista através de CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) para os que aderissem ao novo plano de funções gratificadas de 6 horas e aceitassem a redução de seu salário. Na expectativa de resolução a partir da conciliação, a proposta frustrou o funcionalismo, pois os valores apresentados unilateralmente pelo banco foram extremamente rebaixados e sem a possibilidade de negociação ou contestação.

74. No fim de 2016, o banco mais uma vez de forma unilateral, implementou uma nova fase do Plano de Funções nas funções remanescentes, principalmente nas diretorias e áreas estratégicas, que ainda estavam com carga horária de oito horas, oferecendo a opção de 6 horas para esses trabalhadores com redução de salário. Essa ação tem como objetivo diminuir o passivo trabalhista do banco, visto que existem milhões de reais provisionados para pagamento de ações coletivas ou individuais, que solicitam o pagamento da sétima e oitava horas, espalhadas pelo Brasil. Além disso, também no fim do ano passado, o banco apresentou mais um Plano Especial de Aposentadoria Incentivada, como já havia feito no ano de 2015, mas em moldes um pouco melhor.

75. O Banco do Brasil também anunciou o fechamento de mais de 500 postos de trabalho em todo Brasil. O conjunto de medidas

adotadas, segundo o atual presidente do banco, Paulo Rogério Cafarelli, seria necessário “em razão da transformação digital e da necessidade de redução de despesas pelas exigências de capital”. Na oportunidade, afirmou que “daremos prioridade à realocação de pessoas (de agências fechadas), de preferência na mesma cidade e no mesmo cargo. Ninguém vai ficar sem vaga. O cliente não vai perceber a diferença”. Porém, a realidade que se apresenta é outra bem diferente.

76. Após o período de fechamento de agências e realocação de funcionários, os que não foram recomissionados entraram no chamado VCP - Vantagem de Caráter Pessoal, que garante aos trabalhadores prejudicados pela reestruturação, que extinguiu milhares de cargos no BB, o complemento salarial por apenas quatro meses. No atual estágio do processo, restam ainda mais de dois mil funcionários nesta situação, somados a outros 1.600 que foram realocados em cargos inferiores, que também tiveram seus salários reduzidos.

77. Além disso, a implantação dos escritórios digitais ocorre numa velocidade aquém do cronograma anunciado, sendo verificados inúmeros problemas relacionados às condições de trabalho: mobiliário inadequado, excessos de ruídos, precariedade de sistemas e abusos de toda ordem na cobrança de metas. Ainda mais grave, com a maioria dos bancários sobrecarregados pelo “inchaço” das carteiras no modelo digital, em alguns casos dobrando a quantidade de clientes.

78. Apesar do novo passo do Plano de Funções, ainda há outras irregularidades que merecem atenção, como o caso dos fiscais de operações do banco, hoje enquadrados como assistentes operacionais Juniors, quando na realidade exercem atribuições de fiscalização, que segundo a lei, é um cargo de confiança e deve ter ser configurado como tal. Há outras distorções que terão que ser ajustadas pelo Banco, é o caso das discrepâncias salariais entre gerentes médios, com carga horária de

oito horas e os novos assessores com carga horária de seis horas, que tem salários maiores.

79. Outro ponto importante refere-se aos Planos de Aposentadoria lançados no ano de 2015 e 2016, implantados sem qualquer debate com a representação do funcionalismo e que provocaram a saída de trabalhadores sem a previsão de reposição dessas vagas, aumentando a sobrecarga de trabalho em vários setores do banco. Na contramão da realidade percebida nos locais de trabalho, especialmente na rede de agências, o Banco do Brasil sequer tem contratado os aprovados nos últimos concursos públicos, realizados em várias regiões do país.

80. Reproduzindo a estratégia dos bancos privados, voltada à rentabilização das carteiras em detrimento à captação de novos clientes, no Banco do Brasil decidiu reestruturar diversas áreas da empresa. Com a justificativa de buscar sinergias e a profissionalização numa nova estrutura, o impacto inicial ocorreu nas áreas de apoio vinculadas à análise de operações e logística, centralizando as atividades em cinco grandes capitais. Na sequência, outras áreas foram atingidas, como auditoria, cobrança e recuperação de crédito, desenvolvimento sustentável, contabilidade, comércio exterior e controles internos.

81. Sem demonstrar qualquer preocupação com a vida familiar e com a carreira profissional de seus trabalhadores e trabalhadoras, a direção do Banco do Brasil tem se recusado a debater com as representações sindicais medidas que possam preservar direitos elementares, tais como a manutenção da remuneração e a garantia de localização dos bancários. Ignorando que muitos dos atingidos inclusive já detêm as suas comissões a mais de 10 anos, o que impede por lei o rebaixamento dos salários, a irresponsabilidade desses administradores vem construindo enorme passivo trabalhista.

82. Ao mesmo tempo, o novo modelo de negócios que vem sendo implantado pelos grandes bancos no país segue o que há muito

vem ocorrendo nos Estados Unidos e muitos países na Europa, com forte investimento em tecnologia e automação, redução do número de agências e demissão de trabalhadores. O Banco do Futuro será cada vez mais elitista e discriminatório, privilegiando os que possuem capacidade financeira de rapidamente atualizar seus equipamentos tecnológicos. Para o restante da sociedade, a maioria da população, restará à alternativa do atendimento presencial precarizado, dominado pela lógica da terceirização e do desrespeito às leis de segurança bancária e regulamentos.

83. Esses problemas afetam diretamente o atendimento aos clientes, visto que muitos deles não estavam preparados para as mudanças, como o fechamento de suas agências de relacionamento tendo que mudar, muitas vezes, para uma agência muito mais distante. Ou mesmo a migração para o atendimento digital, já que parte da população ainda não têm a facilidade e a confiança necessárias na utilização dos meios eletrônicos. Como resultado dessas medidas, o BB assumiu o primeiro lugar na lista de reclamações do BACEN no primeiro trimestre de 2017.

84. Em relação à igualdade de oportunidades na instituição ainda há muito que avançar. Apesar de ser um tema que tem ganhado espaço nos debates internos, principalmente no que se relaciona ao gênero, a realidade demonstra uma situação muito aquém de uma verdadeira representatividade das mulheres nos diversos espaços de gestão. Além dos principais cargos estratégicos, presidência, vice-presidências e diretorias, a maioria dos cargos gerenciais continua sendo ocupada apenas por homens, sem refletir a real participação das mulheres na composição total do quadro de funcionários.

85. No que se refere à questão racial a situação é ainda mais preocupante, sem sequer merecer o destaque que o debate de gênero vem conquistando nos últimos anos. Dessa maneira, o tema carece de maior

aprofundamento e debate na construção das pautas de negociação com o banco, na perspectiva de superação das desigualdades históricas às quais a população negra tem sido submetida, no banco e na sociedade. Afinal de contas, as instituições públicas tem um compromisso fundamental no debate e na construção de avanços nas questões de grande relevância social, como é o caso da questão racial no Brasil.

86. O projeto de Lei da Terceirização, aprovado em março desse ano, coloca em risco os empregos no setor público, visto que possibilita a contratação de terceirizados para as mais diversas áreas, inclusive para a atividade fim em empresas públicas e estatais. Por consequência, esse projeto ameaça os bancários e bancárias do Banco do Brasil e a instituição dos concursos públicos, reconhecida como a mais democrática das formas de contratação.

87. Num primeiro momento, as áreas que poderão ser imediatamente atingidas pela terceirização no Banco do Brasil são a Diretoria de Tecnologia (DITEC) e os Centros de Apoio, onde inclusive diversas atividades já foram terceirizadas, além da função de caixa das agências, hoje considerada apartada do escopo “negocial” das unidades.

88. Diante disso, considerando que em 2017 nossa Campanha Nacional adquiriu um caráter extraordinário em razão da assinatura do acordo de dois anos em 2016, é fundamental potencializarmos as negociações específicas com a direção do Banco do Brasil, com o Comando Nacional assumindo o protagonismo nos debates por mais contratações e resolução imediata dos prejuízos gerados pela reestruturação e mudança no modelo de negócios. E pela garantia dos direitos de remuneração e localização, nos casos onde houver necessidade de requalificação e recolocação dos trabalhadores.

89. Em virtude das reiteradas negativas por parte da direção do banco em corrigir

as distorções provocadas pelas sucessivas medidas reestruturantes, é necessário unificar as iniciativas jurídicas adotadas pelos sindicatos e construir uma estratégia nacional de defesa dos direitos do funcionalismo, denunciando os administradores do BB como responsáveis pelo impacto financeiro (passivo trabalhista) provocado por essas demandas.

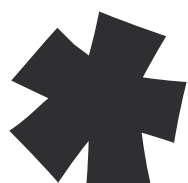
90. Nesse aspecto, devemos exigir da direção do BB o cumprimento imediato da Súmula 372 do TST e o reconhecimento dos direitos adquiridos pelos bancários e bancárias.

91. Em contraposição ao modelo de gestão adotado pela direção do Banco do Brasil, que leva ao individualismo e a perda da identidade coletiva, precisamos envolver os trabalhadores e trabalhadoras no enfrentamento às reformas trabalhista e previdenciária, construindo a necessária resistência junto com as demais categorias e movimentos sociais.

92. De outra parte, sem a compreensão da sociedade da importância de preservarmos as instituições públicas brasileiras, em particular os bancos públicos, para que o país possa reconstruir um processo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e soberano, certamente a atual crise econômica e social se prolongará por muito tempo ainda, e todas as graves consequências que a acompanham.

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos

**Tese do Movimento Nacional de Oposição
Bancária - MNOB - CSP Conlutas para 28°
Congresso dos Funcionários do Banco do
Brasil.**

1. CONJUNTURA.

O Brasil vive uma profunda crise econômica e política, e que apresenta novidades a cada dia. Nos Congressos de funcionários e funcionárias do Banco do Brasil (CNFBB) e dos empregados da Caixa (CONECEF) do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff já havia sido afastada do cargo e o governo Temer tinha se iniciava com apoio de amplos setores da burguesia. Neste momento, a unidade da burguesia em torno do governo se desfez e a queda de Temer parece iminente, com setores que compunham a base aliada articulando nomes para sua sucessão.

O governo Temer teve início a pouco mais de um ano, a partir do afastamento de Dilma Rousseff da presidência pelo processo de impeachment. Naquele momento, Michel Temer contava com apoio amplo da burguesia nacional para impor uma agenda ampla de Reformas neoliberais que o governo Dilma não estava sendo capaz de implementar. Hoje, este governo pode se encontrar próximo ao seu fim.

1.1. Conjuntura Internacional.

A economia mundial ainda não recuperou os patamares anteriores a crise que explodiu em 2007, e a forte queda no valor das commodities desde de 2011 ainda impacta fortemente os indicadores econômicos. Com o comércio mundial retraído e a desaceleração da economia chinesa, o cenário que está colocado é de um frágil crescimento econômico.

E, em uma conjuntura que é ainda mais dura para os países exportadores de matérias primas; acuados pela alta do dólar e aumento da taxa de juros nos Estados Unidos. No cenário político, nomes da direita conservadora como Donald Trump e Marie Le Pen se apresentam com uma perspectiva “anti-globalização” e com propostas protecionistas para recuperar a economia e o emprego. Sem conseguir no entanto construir uma unidade das burguesias nacionais e tendo que enfrentar a resistência

dos movimentos de sociais.

O receituário neoliberal é exigido de forma dura como necessário a recuperação econômica. Privatizações, redução do investimento estatal e reformas que reduzam a intervenção do Estado colocam sobre a classe trabalhadora o peso da crise. Todo esforço para aumentar a taxa média de lucro, a custo do aumento da exploração da classe trabalhadora. Conjuntura Nacional. Temer assumiu o governo para implantar no Brasil as medidas neoliberais para recuperação da economia. Conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional 95, a “PEC do Fim do Mundo”, que limitará os investimentos públicos por duas décadas. Também sancionou a Lei das Terceirizações e seguia a agenda para implementar as Reformas da Previdência e Trabalhista, que vem enfrentando forte resistência da população.

A Reforma da Previdência é amplamente rechaçada apesar da forte campanha da grande mídia por sua aprovação. Governo e imprensa colocam as medidas que aumentam a idade para aposentadoria e reduzem benefício como essenciais para a economia. Mas a luta contra a reforma tem sido tema de grandes mobilizações unitárias da classe. O 8 de março deste ano teve a luta contra a Reforma como mote, e em todo o país o Dia das Mulheres foi marcado por manifestações massivas, significativamente maiores que a dos anos anteriores. E, de forma unitária, as Centrais Sindicais construíram dois dias nacionais de luta, ainda em março, nos dias 15 e 30.

E esse crescimento das mobilizações permitiu a Greve Geral do dia 28 de abril, e a convocação de uma grande manifestação em Brasília no dia 24 de maio. A greve geral do dia 28 foi uma das maiores da história brasileira, em grandes cidades do país parecia um dia de domingo. Com o governo pressionado, recuando de pontos das reformas para conseguir aprovar parte da sua agenda, uma nova leva de delações premiadas coloca o presidente da República envolvido

diretamente em escândalos de corrupção. Joesley Santos, proprietário da JBS, revela gravações e documentos envolvendo mais de 1.800 políticos em esquemas de corrupção da empresa. Entre eles, Michel Temer, com quem Joesley gravou uma conversa sobre o pagamento a Eduardo Cunha, para que este permanecesse em silêncio e não aderisse a delação premiada.

A nova série de denúncias colocou Temer em uma situação extremamente delicada, afastou a base aliada – que pediu sua renúncia e procura articular sua sucessão, e coloca parte da imprensa, notoriamente a Globo, em campanha pela sua saída. Com esta situação já colocada, os movimentos sociais e Centrais Sindicais realizam a marcha do #OcupaBrasilia, reunindo mais de 100 mil pessoas na esplanada dos Ministérios. O governo ordena uma forte repressão, que perdura por horas, com o movimento resistindo aos ataques do aparato repressivo. E, as Centrais Sindicais se reúnem para construir uma nova Greve Geral, com data para a semana anterior aos Congressos de Bancos Públicos aos quais esta tese se destina.

Nós achamos que a próxima greve deve ser de 48 horas, superior a primeira, e que ela pode ser fundamental para derrubar o governo e parar os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Mas para isso acontecer é necessário que a greve seja construída pela base, a partir da mobilização real dos trabalhadores, e não de fora para dentro. Nesse sentido, achamos que os sindicatos de bancários tem a obrigação de convocar assembleias e plenárias de delegados sindicais já, para construir esta greve. No período entre a entrega desta tese a realização do Congresso, poderemos estar diante de um novo governo. Mas é possível também que a derrocada do próprio Temer não tenha sido concretizada ainda. De qualquer forma, não podemos aceitar qualquer trégua, o congresso precisa aprovar um calendário de mobilização que coloque a categoria bancária no centro do enfrentamento aos banqueiros, grandes lobistas das reformas. A burguesia nacional tentará ainda seguir com a agenda

neoliberal. Será preciso seguir no processo de mobilização para derrotar as Reformas.

Defendemos:

1. Greve Geral para parar a reformas e colocar para Fora o Temer e os políticos corruptos do Congresso;
2. Retirada dos Projetos de Reformas Trabalhistas e da Previdência;
3. Revogação da Lei de Terceirização e da Emenda Constitucional 95;
4. Prisão aos corruptos e corruptores com o confisco de seus bens.

2. Sobre o desmonte do BB.

Em 20 de novembro do último ano o Banco do Brasil anunciou o fechamento de 402 dependências, e a transformação de outras 379 em Postos de Atendimento. O projeto de reestruturação previu também a redução dos postos de trabalho na maior parte das agências e Plataformas de Suporte Operacional, a extinção ou enxugamento de setores da área meio e a possibilidade de adesão a jornada de 6 horas com redução de salário para os funcionários das áreas estratégicas.

Foi a maior reestruturação dos últimos anos. Em conjunto com a reestruturação, foi lançado o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), com público-alvo de 18 mil funcionários. Assim, o Banco se aproveitou da insegurança gerada pelo processo de reestruturação dos trabalhadores para “incentivar” as aposentadorias antecipadas. Os funcionários da Nossa Caixa que contribuíam com o Economus a mais de cinco anos também foram autorizados a entrar no PEAi, permitindo que pessoas com apenas 30 anos pudessem aderir ao Plano, abrindo-se na prática um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os funcionários oriundos do banco incorporado.

Os funcionários do Banco do Brasil tiveram

conhecimento da abertura do processo de reestruturação a partir do noticiário, um fato em si ultrajante ao funcionalismo e ao movimento sindical, e que gerou revolta nos funcionários. O enxugamento do quadro das agências e a concentração de serviços na área meio, com a transferência de carteiras para os escritórios digitais, tem tornado ainda mais caótico o atendimento nas agências, que seguem sendo demandadas pelos clientes. O princípio formal estabelecido pelo Banco, que argumenta em seus cursos e na intranet que a migração de clientes tem tido como público-alvo os clientes já familiarizados com a tecnologia é desmentido pelo dia a dia das agências.

A orientação de voltar todos os funcionários para a oferta ativa de produtos tem acarretado em serviços de pior qualidade, sem uma retaguarda de apoio ou pós-venda. Na prática, as agências se tornaram pontos de venda que não conseguem atender as demandas dos clientes e tem resultado em um alto índice de reclamações e denúncias ao PROCON e ao BACEN.

Este processo resultou ainda na redução de postos de trabalho e na eliminação de comissões. E, não prorrogando o pagamento da Vantagem em Caráter Pessoal (VCP), aproximadamente 2.100 colegas tiveram rebaixamento salarial por ter perdido suas comissões, enquanto aproximadamente 1.400 foram realocados em cargos com comissões de menor valor do que a que exerciam; além de 1.148 caixas executivos que perderam a função e não receberam VCP. Não temos como precisar os dados, mas além do funcionalismo do banco, devemos considerar os terceirizados diretamente atingidos, como as telefonistas, vigilantes e trabalhadores de limpeza das agências fechadas. E, além dos trabalhadores diretamente atingidos no processo, é preciso considerar a redução de comissões como limitadora das possibilidades de ascensão profissional e aumento da sobrecarga de trabalho sobre o conjunto do funcionalismo.

A política do Banco do Brasil para reduzir o quadro de funcionários tem sido a de “balançar”

os funcionários até que caiam, piorando as condições de trabalho e vida, gerando uma insegurança tremenda, até que este se resigne a sair do Banco ou aceitar o descomissionamento ou comissões menores. O congelamento do número de funcionários por portaria do Ministério da Fazenda, divulgado recentemente reforça esta análise.

O Banco estima uma economia de R\$ 750 milhões, sendo R\$ 450 milhões decorrentes da nova estrutura organizacional e R\$ 300 milhões da redução de gastos com transporte de valores, segurança, locação e condomínios, manutenção de imóveis, entre outras. Ou seja, num momento de retração da economia, o Banco reduz além dos gastos com concursados e terceirizados, os demais valores que a empresa movimenta na economia. Os números de postos de trabalho aumentam muito quando somamos as vagas de contratados, estagiários etc. Não temos sequer estimativa desse impacto agregado na economia.

É importante não esquecer que um processo de reestruturação deste tamanho não teria como ter sido planejado apenas depois do impeachment do Governo Dilma. As reestruturações sucessivas não pararam nos governos do PT. A política de enxugar o Banco do Brasil, especialmente retirando o acesso ao Banco da população mais pobre não passou por nenhuma alteração. A utilização dos bancos públicos para o financiamento das grandes empresas que bancam a corrupção no Brasil também só se aprofundou nos últimos anos. Esta última reestruturação é mais um capítulo, dramático, da política dos sucessivos governos neoliberais para lucrar às custas de nosso trabalho.

É preciso fazer um balanço.

Uma das tarefas fundamentais deste Congresso é fazer um balanço sobre a atuação do movimento sindical neste processo. A reestruturação já era previsível durante a campanha salarial. Os boatos corriam solto, deixando os trabalhadores em pânico e prejudicando a adesão à greve unificada.

Terminamos a campanha salarial no dia 06/10, e no dia 12 o jornal Correio Braziliense já falava em demissão de 18 mil bancários, sendo a reestruturação anunciada 40 dias depois do fim de nossa campanha.

O movimento previsível de reestruturação não foi pautado pelas direções do movimento, e o debate com o conjunto do funcionalismo foi negligenciado. Também não aproveitamos esse momento de mobilização para reivindicar garantias ao funcionalismo. A campanha específica do Banco do Brasil em 2016 teve como “grande conquista” a volta da verba de QVT. O balanço da campanha realizado por dirigentes da categoria também não foram elementos capazes de dar força aos bancários, pois dizia-se que o acordo era ruim, mas era bom, considerando que haviam retrocessos a vista. Assim, declara-se a derrota dos trabalhadores no próximo período, antes mesmo de se buscar organizar as lutas.

54

Após o anúncio da reestruturação, vivenciamos uma paralisia ainda mais assustadora por parte das direções dos sindicatos mais importantes do país. Não houve uma rodada nacional de assembleias até agora. O sindicato de São Paulo, maior base do BB e a base com mais agências fechadas, sequer convocou uma reunião de delegados sindicais para discutir o tema.

Na semana do anúncio da reestruturação, surgiu a convocação da “Black Friday” de 25/11, dia de luto contra a liquidação de nossas comissões e postos de trabalho, que foi bastante difundida, de forma espontânea, pelo funcionalismo e teve uma adesão considerável, apesar de o movimento sindical ter sido lento e participado apenas marginalmente da convocação. Uma mobilização simbólica deste tipo costuma funcionar para sentir a categoria e permitir que os próprios colegas percebam a indignação dos demais, demonstrando a profunda revolta que estava presente naquele momento. E poderíamos preparar ações de mais folego, mas estas não vieram.

Foram realizados, no fim de novembro e começo de dezembro dois dias de luta

nacional e mobilizações localizadas contra a reestruturação. Ainda que de forma passiva, a categoria respondeu positivamente a essas iniciativas. Departamentos e agências que não eram afetados diretamente pela reestruturação se somaram ao movimento, pela compreensão da categoria de que o ataque era estrutural. Em São Paulo, houve uma paralisação das áreas meio em 29/11 que realizou uma assembleia histórica, com milhares de bancários aprovando a extensão da paralisação para o dia todo.

Apesar disso, em janeiro, a reestruturação começa a ser pautada apenas como denúncia. Não se organiza mais nenhum dia de luta unificado e nem uma rodada de assembleias. Em alguns locais foram realizados “atos” em bancos em que apenas os dirigentes se colocam na frente dos locais de trabalho com microfones e faixas, mas sem avisar ou convidar sequer os delegados sindicais a participar. Quando muito se atrasava a abertura de uma ou outra agência. Não houve uma política centralizada da CONTRAF, nem mesmo no dia do fechamento das agências ou da transferência dos colegas. Obviamente, isso não criou uma relação de forças capaz de conquistar vitórias.

O sindicato de São Paulo, por seu tamanho e papel dirigente nas mobilizações bancárias, deu um exemplo da desastrosa condução da luta. Não foi convocado sequer uma reunião dos delegados sindicais do BB para organizar o funcionalismo, muito menos assembleia. A diretoria do sindicato não se moveu nem mesmo após a entrega de abaixo assinado com mais de 800 assinaturas solicitando a convocação de assembleias para discussão da situação.

Chama a atenção a ausência de qualquer política para organizar ativamente os trabalhadores mais afetados e a vanguarda dos trabalhadores. Essa política reforça a falta de iniciativa da categoria, que aguarda que suas direções tomem providências enquanto busca (com elementos de desespero) alguma salvaguarda individual. Temos assim um ciclo vicioso, em que as direções culpam a falta de mobilização da base e a base não sente segurança na

direção, buscando saídas individuais.

Outro elemento que reforçou a desconfiança da categoria foi a pauta de reivindicações em relação a reestruturação. A pauta que vem sendo negociada com o Banco foi decidida apenas pela cúpula, mas não foi debatida ou aprovada pela categoria em nenhum momento. A pauta é totalmente recuada, medrosa. As negociações não estão reivindicando o fim ou a suspensão da reestruturação. Em nenhum momento se reivindicou que as dependências fechadas continuassem abertas ou que os postos de trabalho não sejam extintos. Nem mesmo a incorporação da comissão ao salário foi discutida, mas apenas a extensão do VCP. A comissão de empresa reivindicou apenas a extensão do VCP, o VCP para função de caixas executivos, utilização do TAO para a nomeação e outras medidas paliativas muito frágeis. O rebaixamento, antes mesmo de se medir a relação de forças desmotivou a categoria. E, nesse período, tivemos a criação de uma Associação de Gerentes do BB, o que evidencia que mesmo esse setor, mais carreirista, está percebendo que a saída é através da organização coletiva e que mais ataques se aproximam.

Esse rebaixamento das pautas está em contradição com o discurso de combater o desmonte do Banco Público. Para combater o desmonte do Banco e o projeto privatista de Temer é necessário atacar os princípios estratégicos das reestruturações. A vitória ou não depende da relação de forças que se obtenha com a mobilização dos trabalhadores, mas ao reivindicar apenas o aumento do “cobertor” aos funcionários, a CONTRAF transmite uma insegurança desmobilizadora aos trabalhadores.

Como a categoria não foi mobilizada, não tivemos relação de forças sequer para impor essas medidas paliativas. Em um cenário de crise econômica estrutural do capitalismo, a mera negociação não será capaz de obter vitórias para os trabalhadores. Nada será fácil, por isso, a união dos trabalhadores de base (não apenas das vanguardas do movimento sindical) será fundamental. A revolta na categoria frente

a reestruturação era imensa, mas transformar essa revolta em mobilização depende de termos um trabalho de base forte, de se realizar amplas campanhas com os bancários e não para eles ou apesar deles, como tem sido feito. A fragilidade do trabalho de base dos sindicatos leva a que a revolta dos bancários não se expresse em apoio as poucas iniciativas de mobilização realizada ou que o apoio seja apenas passivo.

Novas “ondas” de redução de quadro e de comissões estão previstas para o segundo semestre desse ano. Estão previstas migrações de mais carteiras de clientes para escritórios digitais, com aumento do número de clientes por carteira (de 600 para 800), ou seja, por gerente. Reduzindo ainda mais postos de trabalho, sobrecarregando os funcionários e com piores condições de atendimento para a população.

Para resistir aos ataques da patronal, para resistir a deterioração de nossas condições de vida e emprego, o movimento sindical terá que se renovar, se reaproximar dos trabalhadores e enraizar a luta nos trabalhadores.

É preciso aumentar e muito o trabalho de base na categoria, ter uma política para fortalecer a organização por local de trabalho, valorizar a opinião e o ativismo dos delegados sindicais, para assim termos a força necessária para obter conquistas.

Estamos vivenciando um ciclo vicioso em que a categoria se mobiliza menos por falta de confiança nas direções do movimento, e o movimento sindical não consegue reagir aos ataques impostos pelo Banco e pelo governo pela fragilidade das movimentações.

Precisamos debater o processo com o conjunto dos funcionários, através de assembleias, para construir um calendário de mobilização. Inclusive devemos colocara em discussão a possibilidade uma greve por tempo indeterminado que force o BB a negociar.

Devemos exigir do banco a suspensão dos descomissionamentos e manutenção dos

quadros das agências até setembro de 2018, assim como a prorrogação do VCP aos já descomissionados durante este período. A manutenção dos postos de trabalho e a proteção a remuneração do funcionalismo do banco e terceirizados devem ser nossa principal bandeira neste momento.

Para fazer frente a esses ataques, é preciso voltar para base. O MNOB está disposto a toda unidade de ação necessária para barrar os ataques. Mas não convenceremos a categoria a se mover no grito. É preciso ouvir e organizar de baixo para cima e dar vazão a vontade de luta dos bancários.

Uma reflexão necessária.

A CASSI foi criada há 72 anos por conta da insuficiência do atendimento da saúde pública no país. De lá pra cá, a situação só piorou. Todos os governos, inclusive no período Lula/Dilma, retiraram verbas das políticas sociais universais. Agora, no governo Temer, esses ataques são aprofundados com a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos, que, em essência, retira dinheiro da saúde e da educação para transferir para os banqueiros através do pagamento de títulos da dívida pública – que já abocanham a maior fatia do orçamento. Portanto, nós, do movimento sindical, nunca devemos perder a perspectiva de nossa estratégia, que é a defesa da saúde pública universal de qualidade, para todos. Particularmente, neste momento, esta luta se traduz contra o governo Temer e as reformas que quer implementar, como a da previdência e trabalhista.

CASSI solidária, não Plano de mercado.

Neste marco precisamos encarar a batalha pela defesa da Cassi: hoje, o benefício mais importante que temos no nosso contrato de trabalho.

Não podemos pensar as saídas para a crise entendendo-a como um plano de saúde de mercado. A Cassi, com valor de contribuição baseado em porcentagem fixa da remuneração, igualitário no acesso aos direitos em saúde entre

todos os associados, é uma conquista histórica e deve ser preservada. Por isto, consideramos essencial a batalha que devemos travar contra as propostas do Banco, que ameaçam este caráter.

Porém, surgiram muitas polêmicas dentro do movimento de como devemos encarar a presente crise e quais as saídas. Mas sabemos que o motivo central do déficit é a desvinculação do crescimento das despesas da CASSI com o crescimento das receitas (folha de pagamento do Banco e da PREVI). A crise da Cassi é expressão do nosso achatamento salarial por conta das seguintes medidas unilaterais do BB: substituição de reajustes por abonos no período de 1999/2002, a retirada do anuênio, a redução drástica dos interstícios do PCS (12% para 3%), a implantação do plano de funções (que rebaixou salário de quem migrou para 6 horas) e praticando a substituição de reajustes por PLRs e PDG e PLR) sobre as quais não se recolhem contribuições. Há outros elementos (custos crescentes da tecnologia, demandas judiciais e multas da ANS), porém, o elemento central é a política salarial do Banco. Por isto, votamos contra a aprovação do “memorando de entendimento”, que elevou o nosso percentual de contribuição e, mesmo com o aporte do Banco, não elimina o risco de futuros déficits. O BB continua livre para implementar alterações em sua política salarial – como fez a partir de 1997. E a situação da CASSI continua crítica!

Atentos, ainda estão rolando os dados...

As propostas continuam a surgir. E tudo indica que em breve será apresentada uma outra proposta de reforma estatutária para nos impor mais um ataque. O BB, por sua vez, sinaliza com várias medidas que vão no sentido de retirar direitos ou elevar a contribuição dos trabalhadores. Começaram questionando sua responsabilidade na manutenção dos aposentados na Caixa de Assistência, criando inclusive um novo termo para designá-los – “pós-laboral”. Agora falam em co-participações em outros procedimentos, contribuição de acordo com o número de dependentes, por idade, etc. Os lucros líquidos do BB ainda são

imensos, BILIONÁRIOS. Não podemos ser duplamente punidos. O responsável pelo nosso adoecimento é que precisa pagar a conta.

Não podemos incorrer no mesmo erro cometido nas reformas estatutárias de 1996 e 2007. Em 1996, dentre outras coisas, a reforma estatutária defendida pelo Banco o desobrigou de cobrir eventuais déficits da Cassi e aumentou a contribuição dos associados em 3 vezes (de 1% para 3%). A contribuição do BB, que era de duas vezes a contribuição dos associados, foi reduzida para uma vez e meia, pois aumentou de 2% para apenas 4,5% do salário. A reforma estatutária de 2007 deixou o Banco ainda mais livre de seu compromisso com a saúde dos funcionários. Ela criou a coparticipação em exames e acabou com a proporcionalidade da contribuição do BB em relação a do funcionalismo, fixando-a em 4,5%

Uma tarefa de todos.

Mas decisivamente só iremos dobrar a resistência do Banco se estivermos organizados, mobilizados e dispostos a lutar pela defesa de nossa Caixa de Assistência.

Um mandato a serviço das lutas para fortalecer a CASSI.

Última consulta aos associados para impor o acréscimo em nossas contribuições, um balanço necessário!

Em junho do ano passado (2016) assumimos o mandato nos Conselhos Fiscal e Deliberativo na Cassi e nossa participação tem sido pautada na defesa em que o Banco assumira sua responsabilidade com nossa saúde. Importante ressaltar que somos minoria nestes conselhos.

No final do ano passado, quando houve a consulta aos associados com a proposta em elevar nossas contribuições em 1%, nós fomos contrários, pois o Banco buscou, como fez em outras reformas estatutárias, centralmente se livrar dos custos com a nossa saúde.

Fruto da política do terror, apresentando

somente uma proposta e que colocando que se esta não fosse aprovada provocaria o fim da CASSI, a maioria dos associados aprovou.

Fizemos o contraponto e nos locais em que conseguimos levar nossa proposta fomos muito bem recebidos, mas a articulação do Banco com as entidades representativas falou mais alto.

Sabemos que um dos problemas do déficit está relacionado à defasagem entre o índice em que são corrigidos nossos salários e a inflação médica. Se já há um problema concreto detectado o que se espera é que os nossos reajustes salariais sejam maiores para compensar os dispêndios que a CASSI tem que arcar para manter nosso atendimento. E se o BB é sério com o compromisso com a nossa saúde, que volte a contribuir 2 x 1.

O Banco, sabendo com clareza desse problema, ao invés de amenizá-lo aprofunda o arrocho salarial. E assim foi na última campanha salarial com um índice abaixo da inflação. Se já era ruim, torna-se pior. Se não bastasse esse ataque, o Banco avança com a implementação da reestruturação que impõe a redução de postos de trabalho, descomissionamentos, redução de jornada de trabalho com redução salarial, fazendo da vida de nossos colegas da ativa afetados por estas medidas um inferno e causando ainda mais adoecimento, de ordens física e psíquica – o que tem levado inclusive, recentemente, alguns colegas ao suicídio – onerando ainda mais a CASSI, sem que o Banco pague por isso.

Ponto importante que todas essas ações geraram um impacto considerável nas contribuições que a CASSI recebe para manter suas funções.

Defendemos ainda :

- Auditoria externa e independente na CASSI;
- Revisão imediata da rede de credenciados pela Cassi;
- Defesa da inclusão dos funcionários oriundos

dos bancos incorporados ao plano Cassi Associados;

- O retorno dos ambulatórios nos grandes prédios;

- propor melhorias nas políticas de controle, sobretudo dos grandes hospitais e laboratórios;

- verificar as soluções adotadas através de TI e dar a batalha para que façamos uma parceria com a tecnologia do Banco;

- que o BB volte a pagar à CASSI o dobro do valor da contribuição atual dos funcionários;

- Não aos privilégios: Que os diretores da CASSI ganhem o mesmo salário de quando estavam na ativa. Não a remuneração por reunião aos conselheiros, fiscais e deliberativos;

- Que as entidades ligadas ao funcionalismo convoquem encontros regionais e um encontro nacional para debater a situação da Cassi;

- que o BB arque com todos os custos não repassados para a CASSI por conta de suas reestruturações.

Previ: Independência e autonomia.

O governo vem tentando impor a todo o custo a Reforma da Previdência, defendida por todos os setores da burguesia como necessária para superar a crise econômica e retomar o crescimento do país. Mas a população de forma geral entende que esta proposta irá piorar as condições de vida de classe trabalhadora, dificultando o acesso a aposentadoria e, na prática, fazendo com que trabalhem até morrer. E a luta contra a aprovação da reforma da previdência é hoje a principal bandeira dos movimentos sociais e sindicais do país.

O discurso de que a Previdência Social é deficitária e de que a reforma é necessária e urgente não é real. Apresentam-se os números apenas das contribuições dos empregados e da patronal, desconsiderando todas as verbas que são destinadas a esse fim, como o COFINS

por exemplo. A verdade é que o objetivo da Reforma da Previdência não é garantir o pagamento das aposentadorias com um fundo que estaria se esgotando, como alega o governo; mas aumentar a exploração dos trabalhadores, mantendo-se mais tempo na atividade, e reduzir as despesas trabalhistas das empresas.

E essa manipulação dos dados atende a agenda neoliberal, a necessidade de reduzir os investimentos e gastos sociais do Estado, e concentrar o orçamento ainda mais em pagamento de títulos da dívida pública aos grandes bancos.

Outro ponto que leva a burguesia a buscar de forma tão brutal o sucateamento do INSS e o processo de desmonte da Previdência é liberar os valores destinados a aposentadoria dos trabalhadores para o mercado financeiro. Por fim a previdência social e injetar recursos no sistema financeiro através dos fundos de previdência privada é um dos grandes desejos da burguesia nacional.

Fundos de Pensão.

Não é de hoje que a ganância da burguesia mira nossos fundos de pensão. Os fundos de pensão dos funcionários de empresas públicas foram usados no governo FHC como patrocinadores das privatizações. Nos governos do PT, os fundos também foram utilizados para injetar recursos nas obras do PAC e outros projetos envolvendo empresas privadas envolvidas em grandes escândalos de corrupção.

A Previ, o Postalis, a Funcef e o Petros tiveram grandes perdas e alguns rombos de valores vultosos. Isso chegou a gerar uma CPI no Congresso que concluiu o trabalho com o pedido de indiciamento para mais de cem pessoas.

Nessa conjuntura é preciso dar batalha para que a Previ seja independente e autônoma, sem interferência dos governos. Exigir o fim do voto de Minerva do banco e colocar a administração do Fundo na mão do funcionalismo, e não do

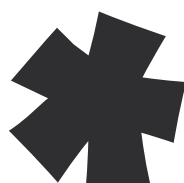
banco.

Também é importante que a Previ cumpra um papel social, não só garantindo a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras do BB. Mas que tenha também uma política de responsabilidade social em seus investimentos, defendendo os interesses do conjunto dos trabalhadores em seus investimentos.

E resgatar o princípio da solidariedade, permitindo que os participantes do Previ Futuro migrem para o plano original, com as mesmas regras e condições.

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



***Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos***

TESE ENFRENTA BB – CNFBB 2017.

DIRETAS JÁ!!!

A redução das desigualdades sociais verificada no Brasil a partir de 2003 tem seus pilares ameaçados com as ações do governo ilegítimo de Michel Temer, que vem implementando medidas de desmonte do Estado brasileiro, esfacelando a soberania nacional. Os bancos públicos atuaram de maneira contumaz na democratização do crédito como mecanismo de inclusão social e de operacionalização, estrategicamente, das políticas públicas e medidas econômicas anticíclicas responsáveis por garantir uma rede de proteção social ao povo brasileiro e, respectivamente, oferecer soluções para a crise financeira mundial de 2008 e seus efeitos que se prolongam até os dias de hoje.

O usurpador desgoverno, instituído através de um golpe midiático/jurídico/parlamentar/empresarial, vem implementando uma extensa agenda de reformas e medidas, tais como a mudança no regime de partilha do pré-sal, que traz prejuízos da ordem de 600 bilhões nos investimentos em saúde e educação, sepultando o futuro dos jovens e a qualidade de vida dos brasileiros. Podemos ampliar o leque de medidas entreguistas ao citar a PEC do teto dos gastos ou do “fim do mundo”, que congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, alterando de forma dramática a proteção ao ainda tão precário tecido social brasileiro. Ainda devemos citar o projeto de terceirização, já aprovado, e as reformas da previdência e trabalhista que, caso aprovadas, inauguram um capítulo medieval às relações de trabalho e seguridade social no Brasil.

Barrar esse retrocesso passa pela convocação imediata de ELEIÇÕES DIRETAS que devolvam a sociedade o poder da escolha através do voto. O pacto democrático precisa ser reafirmado como valor basilar na construção do nosso país. Intensificar as manifestações de rua é a tarefa do movimento sindical para atingir as ELEIÇÕES DIRETAS!!

A defesa intransigente dos direitos sociais

e da função pública do Banco do Brasil é o mote a ser repetido pelos funcionários a fim de reestabelecer a democracia em nosso país. TODOS ÀS RUAS CONTRA O GOLPE!!

G1 – DESMONTE DO BB – ANÁLISE DO BALANÇO, FECHAMENTO DE AGÊNCIAS E AUMENTO DE TARIFAS.

NÃO AO DESMONTE E NA LUTA CONTRA À PRIVATIZAÇÃO!

A reestruturação do Banco do Brasil vivenciada pelos funcionários e pela sociedade brasileira nos anos de 2016/17 foi a mais severa que essa instituição já sofreu ao longo dos seus mais de 200 anos de história. O fechamento de 402 unidades, transformação de 379 em postos de atendimento, desligamento de mais de 9000 funcionários e o significativo aumento no número de agências e escritórios digitais, que saltaram de 245 para 500, acendem um importante alerta para os funcionários do BB sobre o papel esperado pelo governo ilegítimo para o Banco do Brasil no mercado e as conseqüentes repercussões nas relações de trabalho de seu apartamento das já desvirtuadas funções públicas.

O recente anúncio da venda de 3,67% das ações do BB, que estavam no fundo soberano, reforça a lógica da diminuição do papel público do banco e escancaram o caminho para a privatização! Com a venda dos ativos, num espaço de 24 meses, a União deterá apenas 50,7% do capital acionário do BANCO DO BRASIL. Definir um plano de lutas nacional com calendário contra o desmonte é a ordem do dia para estancar o processo em curso. As insuficientes mobilizações organizadas pela Contraf na reestruturação ocorrida no início do ano não podem ser a tônica da resistência contra o desmonte do BB, uma vez que a sanha do mercado financeiro nos ativos da instituição e o viés entreguista do governo golpista colocam a privatização do BB na ordem do dia.

A prática de sucatear, precarizar o atendimento é o viés adotado para colocar

a sociedade contra o BB e seus funcionários, que assoberbados em suas funções e na lógica comercial violenta não conseguem prestar atendimento satisfatório aos clientes. Uma campanha específica de mídia “ Nosso Banco: O Banco do Brasil” que dialogue com os funcionários é a proposta para resistir aos ataques.

- Calendário de mobilizações, em todo o país, no BB todo dia 20;
- Articulação de frentes parlamentares nos estados e no congresso em defesa do BB;
- Caravanas ao interior dos estados para articulação de audiências públicas em municípios com a sociedade;
- Campanha de mídia específica “ Nosso Banco: O Banco do Brasil” com os focos na sociedade e no funcionalismo;
- Criação de comitês estaduais de funcionários com autonomia nas decisões para fortalecer a luta contra a privatização;

G2 - DIGITALIZAÇÃO – O BANCO DO FUTURO E A PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO.

O sistema financeiro vem investindo maciçamente na automação, informatização e digitalização. As consequências para os trabalhadores são: uma grave redução dos postos de trabalho, um aumento significativo da carga horária do bancário e a mudança no tipo de trabalho executado. Isso provoca uma crescente precarização dos serviços prestados. O mundo financeiro representa a “locomotiva” da digitalização e modernização no mercado de serviços mundo afora e é nessa característica que reside a maior incongruência da política sindical em nosso setor. Ao passo que a persistente inovação caracteriza o lado patronal, o campo sindical neste setor tem reproduzido práticas ultrapassadas e completamente desatualizadas as quais enfraquecem até o enfrentamento necessário aos desdobramentos dessa realidade.

A difusão de novas tecnologias no mundo do trabalho é uma contingência inexorável. Portanto, é preciso se apresentar neste contexto com a clareza de que a categoria bancária precisa ser defendida com práticas que ampliem a participação dos trabalhadores no processo de mobilização e decisão e fortaleça a conexão desses com o conjunto da sociedade brasileira – sensivelmente afetada com a essa precarização. O funcionalismo está inseguro, o movimento sindical assiste, passivamente, as modificações na dinâmica nas relações de trabalho com as novas tecnologias e não consegue atuar na direção da priorização dos postos de trabalho com as condições e carga horária estabelecida no contrato, bem como, lutar por treinamento e requalificação dos trabalhadores para ocuparem os novos postos de trabalho.

O Banco do Brasil, nas últimas reestruturações, demonstrou claramente sua adequação ao novo modelo do sistema financeiro mundial com o fechamento de mais de 400 agências físicas e a abertura de cerca de 250 agências e escritórios digitais . Esta mudança distancia os funcionários do produto do seu trabalho numa lógica de alienação. O que se verifica é que, na prática, a dinâmica do trabalho nos escritórios e agências digitais não respeitam à jornada e intervalos o que aproxima a realidade do trabalho à escravidão.

O que esperar dessa Empresa bicentenária? Os resultados que a Empresa tem se comprometido em apresentar para o mercado são factíveis dentro da lógica rentista predominante e do próprio papel que o BB tem ambicionado ocupar no cenário econômico brasileiro. O que não é razoável é uma atuação sindical a reboque das reestruturações, descomissionamentos, assédios e excessos administrativos. É preciso tomar parte na construção do futuro do Banco, reivindicando enfaticamente a retomada do seu papel de fomento a uma política de crédito alinhada ao desenvolvimento social do

Brasil inserindo os trabalhadores nesse processo.

O mais grave, na realidade, é a privatização branca, feita aos poucos, sem que haja uma reação mais contundente do movimento nacional. O que a diretoria do banco vem praticando está pari passo com a política do governo golpista, ou seja, privatizar o banco a qualquer custo.

Se por um lado temos que enfrentar a digitalização e precarização do trabalho no BB, por outro temos, principalmente, que buscar mecanismos eficazes para impedir a privatização dos bancos, como BB, CEF, BNB e BASA, e demais empresas públicas. Temos que travar com os bancários dessas empresas um diálogo franco e sem rodeios, pois eles serão imprescindíveis para o êxito de nossas ações.

Parece incoerente estarmos fazendo esse debate, quando o Congresso Nacional, o Senado e esse governo golpistas estão prestes a impor um regime de escravidão com as reformas trabalhista e previdenciária em conjunto com a aprovação da terceirização irrestrita. Na realidade eles tem como estratégia nos sufocar com essa enxurrada de medidas colocando-nos sempre na defensiva.

É preciso que tenhamos fôlego redobrado para resistir e apresentar alternativas que venham no sentido de enfrentar o que está posto pelo capital. Nesse sentido, apresentamos para serem discutidas no congresso as proposições abaixo:

- Criação de comitês em defesa dos bancos públicos, aglutinando entidades representativas da sociedade civil, assembleias legislativas, câmara de vereadores, OAB, etc.
- Material gráfico mostrando o papel das instituições para o crescimento e desenvolvimento do país.
- Campanha de mídia, outdoor e etc.

G3 – EMPREGO, CARREIRA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.

Igualdade de Oportunidades: patrimônio da

categoria

O tema da Igualdade de Oportunidades na categoria bancária e no Banco do Brasil, em particular, como a maioria de nós sabemos, foi introduzido na pauta de reivindicação a partir das demandas e organização das mulheres. Hoje o tema abarca outras demandas como a questão de raça/etnia, orientação sexual e pessoas com deficiência, graças à capacidade de aliança que esses grupos, historicamente discriminados, tiveram e na luta pelo combate a toda e qualquer forma de discriminação.

Sabemos também que a categoria é referência no tema, ao estabelecer uma mesa temática com os bancos para negociar cláusulas para suprimir as desigualdades e injustiças com as mulheres e pessoas com deficiência e orientação sexual. Um desafio é ampliar o debate sobre as práticas discriminatórias existentes no BB.

Ao mesmo tempo que nos orgulhamos dessa história, verificamos que pouco se avançou para uma real equidade e emancipação desses grupos. As mulheres continuam ganhando menos 23% que os homens, com poucas chances de ascensão na carreira, mesmo que mais escolarizadas e com melhor pontuação no TAO. Como se não bastasse, ainda sofrem outros obstáculos como o assédio sexual e moral e a dupla jornada.

Enquanto isso, a população negra sofre logo na porta de entrada dos bancos com menos de 20% de bancários que se declaram negros, quando fazemos um paralelo com censo do IBGE que nos diz que cerca de 54% da população brasileira é negra!! Os bancos, porém, se negam a discutir ações afirmativas na contratação. A situação da mulher negra é ainda pior: os bancos sequer tiveram a decência de revelar o percentual de postos de trabalho ocupados por mulheres negras, estima-se em torno dos 8% do primeiro censo.

É importante registrar que tivemos valiosas conquistas nos últimos anos, como a ampliação das licenças maternidade e paternidade, para

que mães e pais possam desfrutar melhor do prazer de cuidar dos seus filhos. Infelizmente, verificamos no BB que a maternidade em alguns momentos da carreira é encarada como sinal de descomprometimento com a carreira. Combater essa cultura no Banco do Brasil com mecanismos que assegurem aos funcionários pais/mães, em qualquer arranjo familiar, o direito à família deve ser nossa bandeira de luta.

A população LGBT também conquistou significativos avanços com a cláusula de igualdade de tratamento para casais homoafetivos. É necessário se manter vigilante a efetividade, pois os que aderem correm sempre o risco de ser perseguidos por revelar sua orientação sexual, ocorrendo, muitas vezes retaliações e folclorização que é a porta de entrada para o ASSÉDIO MORAL.

Transversalizar pra valer!

64

A transversalidade foi uma estratégia usada por grupos de mulheres e feministas do mundo todo para fazer valer as nossas reivindicações nas mesas de negociação. Porém, essa ferramenta não tem sido efetivamente implementada por aqueles e aquelas que estão à frente das negociações, no caso, a Comissão de Empresa.

Sendo assim, o movimento nacional EnFrente se propõe a reelaborar a nossa minuta de acordo coletivo de trabalho e transversalizar pra valer, ou seja, garantir que a transversalidade seja válida desde a formulação, levantamento de dados e na apresentação de propostas em mesa.

- Lutar por igualdade de oportunidades;
- Combater práticas discriminatórias;

G4 – TERCEIRIZAÇÃO, PEJOTIZAÇÃO E IMPACTOS NO BB.

Não é de hoje que o BB lança mão de processos de terceirização de diversos serviços, dentre esses o uso dos correspondentes

bancários – “Mais BB” e também de mão de obra, no processamento e autenticação do SAO, substituindo caixas das agências por trabalhadores terceirizados, por exemplo, diminuindo pessoal efetivo próprio do banco, e piorando as condições de trabalho.

Os exemplos acima já eram eivados de ilegalidades. Sejam por inobservância de Resoluções do Bacen, que proíbem a utilização de correspondentes bancários no ambiente interno das agências (Resolução Bacen 4035 de 30/11/2011), sejam pela presença de elementos caracterizadores da relação de emprego, segundo a CLT, que são principalmente a pessoalidade e a subordinação. Ou seja, isso é intermediação ilegal de mão de obra e não terceirização de serviços. Por último e não menos importante, afrontava diretamente referência legal sobre as terceirizações no Brasil, que era a Súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ao terceirizar atividades fins da empresa.

Fato é que o BB sabia dessas ilegalidades e optava por correr o risco das autuações do Ministério do Trabalho, das Ações Cíveis Públicas via MPT (Ministério Público do Trabalho) e das ações judiciais e de denúncias dos sindicatos dos bancários. Mas essas ações judiciais geralmente podem levar entre 10 a 15 anos tramitando na Justiça do Trabalho, e a avaliação da Diretoria da empresa sempre foi que os riscos valiam à pena, diante dos resultados obtidos momentaneamente.

Até então, à luz da legislação, os únicos serviços que poderiam ser contratados fora da categoria bancária eram limpeza e manutenção e serviços de segurança. Serviços acessórios à atividade principal. E mesmo assim, por exemplo, sem a presença da vigilância armada nas unidades, é proibido o funcionamento ao público.

A substituição de trabalhadores contratados diretamente por terceirizados tem uma única finalidade: redução dos custos com pessoal, precarizando as condições de trabalho dos atuais bancários e aumentando a exploração

do trabalho desses bancários “informais” os terceirizados.

Se compararmos somente os custos entre a remuneração de um bancário com um trabalhador terceirizado via correspondentes, por exemplo, estes últimos ganham apenas 20% da remuneração de um bancário. Sem incluir as repercussões na Cassi, na Previ. Ou seja, terceirizar serviços e mão de obra para o BB, é um baita negócio, às custas do empobrecimento dos trabalhadores e de toda sociedade, que passam a ter serviços expostos inclusive à falta do sigilo bancário. Ainda que na ilegalidade. Sem dizer que estamos tratando de uma empresa que tem o controle acionário do Estado, e, portanto, deveria servir de bom exemplo ao “mercado”.

Congresso Nacional vendido aos empresários e Temer ilegítimo aprovam Lei da terceirização

Dando sequência ao golpe e à derrubada da presidenta Dilma, essa verdadeira quadrilha saqueadora de direitos da classe trabalhadora que se apossou do poder recente no Brasil aprovou e o golpista Michel Temer, sancionou no dia 31 de março de 2017, a Lei 13.429, regulamentando a precarização/terceirização no Brasil. Era o Projeto de lei PL 4302 de 1998, do então presidente FHC. Em poucos meses desengavetaram e aprovaram esse verdadeiro crime contra os trabalhadores, que doravante segundo a nova lei, poderão ser substituídos por empresas prestadoras de serviços específicos e determinados.

E como fica no BB ??

Acontece que a nova Lei 13.429/17, deixou uma série de lacunas quanto as possibilidades de se terceirizar serviços e mão de obra no serviço público, empresas públicas e sociedades de economia mista. É completamente omissa a esse respeito. Portanto, teremos que ter muito empenho e sabedoria para fazer a disputa para consolidar nosso entendimento jurídico e político.

A postura do movimento sindical bancário terá de ser a mais aguerrida com esse tema e fazer todos os enfrentamentos políticos e jurídicos, para impedir que intensifiquem as terceirizações no BB, com base nessa nova lei. Temos de continuar insistindo na exigência expressa na legislação que provimento no emprego e cargos no BB, somente através da realização do devido concurso público, oportunidade universal e igualitária de acesso ao emprego público e assemelhados. Caso contrário, o BB e demais empresas estatais se tornarão verdadeiros cabides de emprego para “apadrinhados” políticos, além de serem utilizados para achatar as condições salariais e de benefícios de todos.

E mesmo assim, caso o BB insista nessas possibilidades precarizantes, os sindicatos de todo país, deverão aumentar sua vigilância em relação a esse “fenômeno” e dar o devido enfrentamento. Realizar as denúncias à sociedade, aos órgãos competentes, ajuizando, inclusive, as competentes ações trabalhistas, sejam individuais ou coletivas, de acordo com a natureza de cada atividade. Não só pela falta do concurso público, mas mesmo que assim não o fosse, a Lei 13.429/17 diz que a empresa contratada é quem organiza, dirige, remunera o trabalho. Ou seja, não caberia ao BB qualquer interferência nesse processo, e bem sabemos que pelas condições do trabalho bancário, tal autonomia da empresa contratada é impossível. Seja por conta da necessidade de mesmos softwares, equipamentos interligados, mesmos manuais de procedimentos, horários de fechamento e contabilização dos documentos, etc.

Para os trabalhadores da iniciativa privada, a Lei 13.429/17 admite que o trabalho terceirizado seja realizado no mesmo ambiente de trabalho da tomadora dos serviços, com tratamento totalmente diferenciado da categoria e possa ser inclusive quarteirizado..

Imaginem se o BB resolvesse aumentar a bateria de atendimento dos caixas, por exemplo, nos dias de maior movimento, contratando “empresas específicas” para esses

serviços ??, ou se todo o relacionamento com clientes passasse a ser feito por empresas de corretagem, dentro das agências, para a venda de produtos, oferta de financiamentos, etc. Se isso fosse possível, o que sobraria do BB?? Nem mesmo os gerentes sobrariam. E mais, por não serem bancários, numa eventual greve da categoria, manteriam as agências funcionando.

Seria a descaracterização total da empresa e de seu já “cambaleante” papel social, fundamental ao desenvolvimento social do Brasil, como um poderoso instrumento de realização de políticas públicas, a partir das possibilidades de sua atuação capilarizada.

Pois não tenham dúvidas que certamente esse seria o melhor dos mundos para a Direção do BB, se não aumentarmos nossa organização, que eles tentarão implementá-las em alguma medida.

66

Daqui por diante, vigilância e ação sindical terão de ser intensificadas nos locais de trabalho

Com o a implantação do serviço remoto, das novas tecnologias e a nova Lei 13.429/17, com a possibilidade de contratação de “empresas”, tudo indica como tendência o aumento da figura dos chamados PJ s: empresas formadas por uma pessoa só, as “pessoas jurídicas”. E como são pessoas físicas, travestidas de empresas, ficará mais difícil visualizar e constatar a utilização fraudulenta dessa modalidade nos ambientes de trabalho que estão sendo cada vez mais empregadas, particularmente na área de T.I. (Tecnologia da Informação).

Vale lembrar que além desse motivo da invisibilidade no ambiente de trabalho, as PJ s tornam-se ainda mais interessantes do ponto de vista das contratantes, uma vez que “pessoas jurídicas” não recebem salários, não geram os devidos reflexos trabalhistas, como recolhimentos ao INSS e depósitos no FGTS, não têm direito a férias, licenças de qualquer natureza, não adoecem. Existem demandas e

exigências a cumprir e tudo corre por conta da tal PJ. Ou seja, o BB transfere todo o risco do negócio para essa pobre PJ.

Mas por que ficar atento?? Porque valem os mesmos enquadramentos da relação de emprego já citados, como personalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação. Se isso ocorrer é fraude. Como também PJ não marca ponto eletrônico, não tem crachá “pessoal” de acesso aos ambientes internos do BB, etc.

Os bancários terão que auxiliar e muito no dia a dia da empresa e denunciar caso essas práticas estiverem ocorrendo.

Importante: Somos contra a terceirização/ precarização do trabalho e não aos terceirizados .

Nessa nossa luta, essa é uma questão fundamental para ser debatida e compreendida. Os trabalhadores, de uma forma geral, “vendem” sua força de trabalho, ao produzirem bens e serviços, e em troca recebem o pagamento de salários. E com isso geram riquezas.

Sabemos que além da mais valia, exploração de horas além do suficiente de cada trabalhador para produzir determinado bem ou serviço, as empresas buscam o tempo todo reduzir seus custos, reduzindo esse pagamento de salários, direitos e benefícios e aumentar em suas mãos a concentração de riquezas. Esse é o capitalismo.

E no momento atual do capitalismo mundial, fortemente financeirizado e especulativo, a terceirização, utilização de subempregos ou empregos de baixa qualidade, tem servido para atacar os trabalhadores, em todo o mundo. No Brasil, onde ainda vigora uma cultura escravagista nas relações de trabalho, com a aprovação da Lei 13.429/17 poderá ocorrer a dizimação dos empregos de melhor qualidade. Sem exageros, uma volta ao início do século XIX.

Somando-se a isso ainda existe outra questão muito cruel, que é a grande reserva de mão de obra mantida intencionalmente pelo mercado, justamente para servir de pressão àqueles que ainda mantêm seus empregos, e conforme dito popular, “farinha pouco meu pirão primeiro”. Esse contingente de desempregados, cerca de 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, se encontram obrigadas a se submeter a qualquer ocupação, mesmo as mais precárias e arriscadas.

Assim, não podemos aceitar que essa situação apareça como uma contradição, e sirva para maiores divisões no seio da classe trabalhadora. Nossa resposta deverá ser o fortalecimento de laços de solidariedade entre todos nós bancários e demais categorias. Esse é o nosso maior trunfo. Se não for assim, se nos dispersarmos, ou ficarmos olhando individualmente apenas para nossos umbigos nos tornaremos presas fáceis dessa lógica de expropriação de direitos.

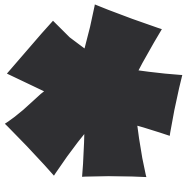
Nossa luta terá de ser ao mesmo tempo impedir o alastramento dessa praga chamada terceirização, e ao mesmo tempo organizar, lutar, buscar a representação dos atuais trabalhadores terceirizados e garantir que nossos postos de trabalho, nossa dignidade e todos os direitos, inclusive os constitucionais direitos humanos da classe trabalhadora sejam todos preservados no BB.

28

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



68



***Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos***

**Fórum Bancário
Nenhum direito a menos**

NENHUM DIREITO A MENOS!

Nos últimos doze meses, tempo esse em que a política que retirou a presidente Dilma Rousseff vem governando o país, vivenciamos um forte e continuado ataque à classe trabalhadora. No entanto, esse mesmo governo golpista foi obrigado a enfrentar a maior greve geral nos últimos 60 anos, fruto do acirramento da crise política e economia. Essa eterno conflito entre capital e trabalho segue mundo afora.

Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump é a representação máxima dessa política econômica liberal, que vem tentando voltar a hegemonizar o planeta. Por outro lado, a França rejeitou a extrema direita, elegendo o centrista Emmanuel Macron, ex-membro do governo socialista anterior, e na Inglaterra o Partido Trabalhista alcançou maioria no Parlamento, fatores que poderão ser uma referencia para os futuros governos na Europa.

Dentro dessa disputa, o governo Temer muito divulgou sobre o início da recuperação da economia, com projeção de saldo positivo em 6,8 bilhões de reais. No entanto, é importante ressaltar que, abril é um mês tradicionalmente superavitário em função da arrecadação com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e com participações especiais de petróleo, que são trimestrais. Inclusive a exagerada comemoração sobre o anuncio pelo IBGE a respeito do crescimento do PIB, em 1% no primeiro trimestre, não afasta o risco do índice do segundo trimestre ser negativo, já que o resultado apresentado ficou dependente do setor agropecuário, que cresceu 13,4%, e não dos principais setores, como indústria e serviços, esses praticamente estagnados. Isso sem contar que o cenário político atual pode abortar qualquer tentativa de recuperação.

Na realidade, o desemprego subiu para 13,7% no trimestre de janeiro a março, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o próprio IBGE, essa foi a maior taxa de desocupação da série

histórica, iniciada em 2012. No 1º trimestre, o Brasil tinha 14,2 milhões de desempregados, também batendo recorde da série histórica. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmou que cerca de um milhão de pessoas ficarão sem emprego durante 2017, na América Latina e no Caribe, o que pode elevar para mais de 26 milhões o número de desempregados na região.

Já o Congresso Nacional, representando os interesses do patronato, adeptos do atual modelo político, que favorece a realização de ações ilícitas, desviando recursos públicos para favorecimento desta mesma pequena elite empresarial, reveladas na Operação Lava Jato, vem elaborando sua estratégia de ataque à classe trabalhadora, em dois pilares: as reformas trabalhista e previdenciária.

Entre as mudanças propostas na PEC da Previdência pela Comissão Especial da Câmara, estão a imposição da idade mínima de 65 anos tanto para homens quanto para mulheres e ter de contribuir por 49 anos ininterruptamente para ter benefício integral. Regras que valeriam igualmente para trabalhadores rurais e da cidade. É nossa obrigação, como sindicalistas, continuar denunciando os parlamentares que votam contra a classe trabalhadora.

Já a reforma trabalhista (PL 6787/16) representa o maior ataque aos trabalhadores em décadas. Pontos como: regulamentação do trabalho intermitente, homologação da rescisão de contrato de trabalho e adicional de horas-extras vêm suscitando reações até na base desse governo golpista.

A reforma trabalhista, assim como a da previdência, da forma como está proposta, não apenas retira direitos dos trabalhadores, mas enfraquece sua organização e as formas de representações sindicais. Se permitirmos uma reforma sem controle em todas as áreas, como serviços, corre-se o risco de desregular o mercado.

Esta tentativa de impor retrocessos de direitos

e perdas de garantias à classe trabalhadora, conquistadas após anos de luta, como por exemplo a prevalência de acordos coletivos sobre a legislação, a institucionalização do trabalho intermitente, o enfraquecimento da Justiça do Trabalho e a permissão da terceirização para atividade-fim, terão efeitos danosos em toda cadeia produtiva.

A categoria bancária, que depois de muita mobilização, conseguiu fechar um acordo histórico de dois anos, que assegurou aumento real e a manutenção dos direitos, em meio à atual conjuntura, segue dando continuidade à sua estratégia para Campanha Nacional 2017, ampliando uma parceria com a sociedade civil sobre a relevância dos bancos públicos como instrumento de fomento ao crédito e políticas sociais, o debate sobre a precarização das relações de trabalho e os impactos das reformas trabalhista e da Previdência.

70

Sobre a crise política que se instalou no país, nos três poderes, seja com as denúncias de que o presidente Michel Temer deu aval para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no afastamento do Senado de Aécio Neves (MG), ex-presidente do PSDB, assim como seu pedido de prisão pela PGR por recebimento de propina e o famigerado julgamento político do TSE, são fatos de extrema gravidade. Conforme nota da CUT, houve clara intenção de obstruir o trabalho da Justiça, o que torna insustentável a continuidade desse governo golpista, e põe em dúvida a credibilidade do Judiciário.

Mesmo assim, o rebotalho desse governo, sem legitimidade política e social, apesar do momento de grave crise institucional, política, econômica e social, continua em sua cruzada em querer jogar sobre as costas dos trabalhadores e da parcela mais humilde da sociedade o custo do ajuste econômico, representados pelas propostas de reforma trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional.

Importante ressaltar que, em meio a essa grave crise, a Contraf vem adotando uma medida

providencial para a diminuição do adoecimento e na melhora na relação dos processos e condições de trabalho e com a saúde na categoria bancária, que é o acompanhamento do instrumento de combate ao assédio moral, assim como a retomada da mesa de negociação com a Fenaban, com finalidade na resolução dos problemas, e a construção de consensos para a melhoria no ambiente de trabalho.

Assim como a CUT, defendemos um amplo e democrático acordo nacional, visando à defesa da nossa democracia e à construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Fora Temer, retirada das reformas e diretas já!

CADERNO DE TESES

28

**CONGRESSO DOS
FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL**

30 de Junho a 02 de Julho de 2017
São Paulo - SP



***Defender os bancos públicos
por um país mais justo para todos***



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS